

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ
CAMPUS PROFESSOR ALEXANDRE ALVES DE OLIVEIRA
CURSO DE LICENCIATURA EM LETRAS-PORTUGUÊS

ÁLVARO CURY DA COSTA CASTRO

**O MAL BANAL: A TORTURA COMO INSTRUMENTO DE DESUMANIZAÇÃO NA
OBRA *OS QUE BEBEM COMO OS CÃES*, DE ASSIS BRASIL**

PARNAÍBA
2025

ÁLVARO CURY DA COSTA CASTRO

**O MAL BANAL: A TORTURA COMO INSTRUMENTO DE DESUMANIZAÇÃO NA
OBRA OS QUE BEBEM COMO OS CÃES**

Trabalho de conclusão de curso (monografia) apresentado como requisito necessário à Universidade Estadual do Piauí para a obtenção do título de Licenciado em Letras-português.

Orientador: Prof. Dr. Marcílio Machado Pereira.

PARNAÍBA

2025

C355m Castro, Álvaro Cury da Costa.

O mal banal: a tortura como instrumento de desumanização na obra "Os que bebem como os cães", de Assis Brasil / Álvaro Cury da Costa Castro. - 2025.

50 f.: il.

Monografia (graduação) - Universidade Estadual do Piauí - UESPI, Licenciatura em Letras - Português, Campus Prof. Alexandre Alves de Oliveira, Parnaíba-PI, 2025.

"Orientador: Prof. Dr. Marcílio Machado Pereira".

1. Assis Brasil. 2. Ditadura militar brasileira. 3. Filosofia. 4. Hannah Arendt. 5. Tortura. I. Pereira, Marcílio Machado . II. Título.

CDD 801.95

ÁLVARO CURY DA COSTA CASTRO

**O MAL BANAL: A TORTURA COMO INSTRUMENTO DE DESUMANIZAÇÃO NA
OBRA OS QUE BEBEM COMO OS CÃES**

Trabalho de conclusão de curso (monografia) apresentado como requisito necessário à Universidade Estadual do Piauí para obtenção do título de Licenciado em Letras-português.

Orientador: Prof. Dr. Marcílio Machado Pereira.

Monografia aprovada em 13/06/2025

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof. Dr. Marcílio Machado Pereira
Orientador(a): Prof(a).

Prof. Dr. Daniel Castello Branco Ciarlini
1º Examinador(a): Prof(a).

Prof^a. Me. Layna Katrinne Diniz de Assunção
2º Examinador(a): Prof(a).

Dedico este trabalho ao meu querido e
inesquecível irmão Arthur (*in memoriam*),
pelo seu legado de afeto e bondade e pelo
eterno laço de amor que nos une.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, agradeço a Deus por ter me dado saúde e coragem para enfrentar todos os desafios que encontrei ao longo da minha graduação.

Aos meus pais, Gemilia do Socorro Cury da Costa e Francisco das Chagas Castro, por terem me apresentado à Literatura quando eu ainda era uma criança e por nunca terem deixado de me apoiar, mesmo nos momentos mais difíceis.

À minha madrinha, Vilma Dias de Araujo Veloso, minha segunda mãe, por todo amor, incentivo e apoio dispensados, fundamentais para que eu conseguisse superar os momentos de incerteza e que me deram força para seguir em frente em busca dos meus objetivos.

Ao meu irmão, Otávio Cury da Costa Castro, pelo carinho fraterno e pela disposição em me ajudar a resolver problemas tecnológicos sempre que necessário, durante todo o meu percurso como estudante universitário.

Aos meus colegas de curso que estiveram ao meu lado nesses quase quatro anos de graduação, auxiliando-me em todos os momentos em que precisei de apoio. A convivência com vocês marcou, para sempre, minha trajetória como discente e como ser humano.

Aos professores do Curso de Licenciatura em Letras-Português da Universidade Estadual do Piauí, Campus Alexandre Alves de Oliveira, que, mesmo diante de alguns obstáculos, jamais deixaram de se dedicar ao nobre ofício de educar. Finalmente, não poderia esquecer o agradecimento ao meu orientador, Marcílio Machado Pereira, por me estimular, por meio de suas aulas, a ser um leitor ainda mais assíduo e crítico de obras literárias. Quero expressar minha profunda gratidão por ter dedicado seu tempo e compartilhado seus conhecimentos no processo de elaboração desta monografia. Sinto-me privilegiado por desfrutar de sua amizade.

A tortura é uma experiência humilhante. A meta não é obter informações, mas castigar-nos e destroçar-nos tanto, que façamos o que as autoridades querem. Transformando-nos num exemplo para os outros, que ficam aterrorizados para sempre.

Isabel Allende

RESUMO

Este trabalho teve como objetivo analisar como os conceitos de banalidade do mal, violência estatal, ideologia e terror, fundamentais para a compreensão da crítica da filósofa Hannah Arendt ao fenômeno do totalitarismo, são materializados na tortura dos personagens encarcerados no romance *Os que bebem como os cães*, do escritor Assis Brasil. Para isso, foi utilizada a pesquisa bibliográfica, a fim de apresentar, em um primeiro momento, os supramencionados conceitos da filósofa alemã, por meio das citações das obras *Eichmann em Jerusalém*, *Origens do totalitarismo* e *Sobre a violência*, que serviram de aporte teórico para a análise do referido romance. Também foi feita uma reflexão, no terceiro capítulo, sobre a necessidade de se refletir como o aparato repressor do Estado, sobretudo o totalitário, é capaz de retirar a humanidade dos homens por ele encarcerados. Nessa perspectiva, foi discutida a importância da Literatura como forma de denúncia social, ao fomentar a conservação da memória histórica social e ao promover o reconhecimento da dignidade humana como valor fundamental para a construção de uma sociedade democrática pautada na verdade e na justiça. A pesquisa foi de cunho bibliográfico, tendo sido alicerçada nos escritos de Adorno (2019), Arendt (1993, 1999, 2013, 2022), Fausto (2019), Foucault (1999), Gaspari (2002), Kant (1964), Oliveira (2016), Souki (1998) e Weber (2020), que deram embasamento à análise do romance de Brasil (2013).

Palavras-chave: Assis Brasil; Ditadura civil-militar brasileira; Filosofia; Hannah Arendt; Tortura.

ABSTRACT

This study aims to analyze how the concepts of the banality of evil, state violence, ideology, and terror—fundamental to the critique of totalitarianism by the philosopher Hannah Arendt—are manifested in the torture of the incarcerated characters in the novel *Os que bebem como os cães* by the Brazilian author Assis Brasil. To achieve this, a bibliographic research approach was employed, initially presenting the aforementioned concepts through citations from Arendt's works *Eichmann in Jerusalem*, *The Origins of Totalitarianism*, and *On Violence*, which served as the theoretical framework for the analysis of the novel. The third chapter reflects on the capacity of the state's repressive apparatus, particularly under totalitarian regimes, to strip individuals of their humanity. From this perspective, the importance of literature as a means of social denunciation is discussed, highlighting its role in preserving historical memory and promoting the recognition of human dignity as a fundamental value for building a democratic society grounded in truth and justice. The research is based on bibliographic sources, drawing on the writings of Adorno (2019), Arendt (1993, 1999, 2013, 2022), Fausto (2019), Foucault (1999), Gaspari (2002), Kant (1964), Oliveira (2016), Souki (1998), and Weber (2020), which provided theoretical support for the analysis of Brasil's (2013) novel.

Palavras-chave: Assis Brasil; Brazilian civic-military dictatorship; Philosophy; Hannah Arendt; Torture.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Fotografia de Hannah Arendt	15
Figura 2: Fotografia de Assis Brasil.....	22

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1 O PENSAMENTO FILOSÓFICO E POLÍTICO DE HANNAH ARENDT A PARTIR DOS CONCEITOS DE BANALIDADE DO MAL, VIOLENCIA ESTATAL, IDEOLOGIA E TERROR	13
1.1 CONTEXTO HISTÓRICO DA ASCENSÃO DE REGIMES TOTALITÁRIOS NA EUROPA	13
1.2 BREVE BIOGRAFIA DE HANNAH ARENDT	15
1.3 HANNAH ARENDT E OS CONCEITOS DE BANALIDADE DO MAL, VIOLENCIA ESTATAL, IDEOLOGIA E TERROR	16
2 ANÁLISE DA OBRA OS QUE BEBEM COMO OS CÃES À LUZ DAS IDEIAS DE HANNAH ARENDT	22
2.1 VIDA E OBRA DE ASSIS BRASIL	22
2.2 APRESENTAÇÃO DO ROMANCE OS QUE BEBEM COMO OS CÃES	24
2.3 A VIOLENCIA CONTRA O INDIVÍDUO ENCARCERADO: INTERSECÇÕES ENTRE E A FICÇÃO DE ASSIS BRASIL E A FILOSOFIA POLÍTICA DE HANNAH ARENDT	30
3 REFLEXÕES SOBRE A DESUMANIZAÇÃO DO PRESO POLÍTICO EM REGIMES DITATORIAIS TOTALITÁRIOS	41
3.1 OS REGIMES DITATORIAIS COMO MÁQUINAS DE ANIQUILAÇÃO DA VIDA HUMANA	41
3.2 A DIGNIDADE COMO UM DIREITO HUMANO INVOLÁVEL	43
3.3 A LITERATURA COMO FERRAMENTA DE DENÚNCIA DAS VIOLAÇÕES DOS DIREITOS HUMANOS	44
CONCLUSÃO	46
REFERÊNCIAS	48

INTRODUÇÃO

A opressão sofrida pelos indivíduos por governos totalitários foi um tema recorrente na literatura mundial do século XX. Baseados em uma intensa militarização da sociedade e na concentração de poder político e econômico nas mãos de um líder ou de um grupo, dentre outras características, esses regimes promoveram sistemáticas violações de direitos humanos. No Brasil, durante a ditadura civil-militar (1964–1985), pessoas foram perseguidas, torturadas e assassinadas por possuírem um pensamento divergente daquele aceito pelo governo da época.

A violência institucionalizada, aliada à censura e ao controle da informação contribuiu para a construção de um ambiente em que as liberdades individuais foram suprimidas, estabelecendo um clima de medo e silenciamento. Nesse contexto, a forte repressão estatal passou a buscar a eliminação de qualquer forma de resistência política organizada, transformando opositores em inimigos e normalizando práticas de tortura sob o pretexto da manutenção do poder arbitrário e ilegítimo desses regimes de exceção.

Nessa perspectiva, este trabalho se justifica pela importância de analisar os abusos sofridos pelos personagens – especialmente os experimentados pelo protagonista, Jeremias – no romance *Os que bebem como os cães*, do escritor piauiense Assis Brasil, à luz do pensamento de Hannah Arendt. A escolha pela utilização das concepções da referida filósofa como apporte teórico desta monografia se fundamentou na relevância e profundidade de sua obra, que influenciou estudos em diversas áreas das Ciências Humanas. Seus escritos, presentes em obras como *Eichmann em Jerusalém* (1999), *Lições sobre a filosofia política de Kant* (1993), *Origens do totalitarismo* (2013) e *Sobre a violência* (2022), utilizadas neste trabalho, auxiliaram-nos a entender melhor como os mecanismos de repressão, desumanização e banalização do mal são utilizados por governos ditoriais contra aqueles por eles perseguidos.

Também utilizamos, para fundamentar esta monografia, outras obras importantes de Filosofia, História e Psicologia, como *O ciclo do totalitarismo* (2019), de Ruy Fausto, *A ditadura envergonhada* (2002), de Elio Gaspari, *A razão embotada* (2016), de Andrey Oliveira, *Estudos sobre a personalidade autoritária* (2019), de Theodor Adorno, *Fundamentação da metafísica dos costumes* (1964), de Immanuel

Kant, *Hannah Arendt e a banalidade do mal* (1999), o ensaio “Tortura e sintoma social”, de Maria Rita Kehl, presente na obra *O que resta da ditadura: a exceção brasileira* (2010), de Vladimir Safatle e Edson Teles (org.), e *Vigiar e punir: nascimento da prisão* (1999), de Michel Foucault, além de diversos trabalhos acadêmicos e informações obtidas em sites da internet, devidamente referenciados.

No que diz respeito ao objetivo da pesquisa, entendemos que ela possui caráter exploratório, pois envolveu levantamento bibliográfico e o preenchimento de lacunas que surgiram ao longo deste estudo. Esse tipo de pesquisa se caracteriza, segundo Gil (2002), por ser mais flexível e menos rígida estruturalmente, na medida em que ela tem por objetivo proporcionar uma maior familiaridade com o problema a ser abordado no trabalho, para que se possa formular hipóteses.

No que concerne aos procedimentos técnicos, esta pesquisa foi desenvolvida tendo como alicerce teórico obras já publicadas, ou seja, um material previamente escrito acerca do assunto pesquisado, o que, segundo Prodanov e Freitas (2013), caracteriza uma pesquisa de natureza bibliográfica. É oportuno salientar que, em outros tipos de pesquisa, também se faz necessário o estudo bibliográfico, mas não apenas ele.

Ainda com base nos autores supracitados, acreditamos ser possível, por meio da análise proposta, estabelecer uma conexão intrínseca entre o mundo objetivo e a subjetividade do escritor, impossível de ser traduzida em números, bem como a interpretação dos fenômenos e a atribuição de novos significados por nós, o que caracteriza a pesquisa qualitativa (Prodanov e Freitas, 2013).

Nessa perspectiva, Marconi e Lakatos (2003) argumentam que a pesquisa científica não deve se limitar à mera descrição de fatos empíricos anteriormente observados, mas sim buscar a construção de meios de interpretá-los. Para atingir esse objetivo, os autores entendem que é necessário que os pesquisadores correlacionem sua pesquisa com o arcabouço teórico por eles utilizado, construindo premissas sobre as quais embasarão suas interpretações.

Já no que se refere à estrutura, este trabalho está dividido em três capítulos. No primeiro, denominado “O pensamento filosófico e político de Hannah Arendt a partir dos conceitos de banalidade do mal, violência estatal, ideologia e terror”, apresentamos o pensamento político e filosófico da referida filósofa, dando ênfase à sua crítica ao totalitarismo e abordando os conceitos destacados no título, fundamentais para o entendimento de sua obra. Além disso, expomos, de forma

breve, dados biográficos da autora. No segundo, nomeado “Análise da obra *Os que bebem como os cães* à luz das ideias de Hannah Arendt”, abordamos aspectos relacionados à vida e à obra do escritor piauiense Assis Brasil e investigamos como a violência sofrida pelos personagens apresentados no romance analisado reflete as ideias da supramencionada pensadora alemã.

No terceiro capítulo, intitulado “Reflexões sobre a desumanização do preso político em regimes ditatoriais totalitários”, fizemos uma reflexão sobre como o aparato repressor do Estado, especialmente o que possui características totalitárias, é capaz de retirar a humanidade dos homens por ele encarcerados. Também analisamos a relevância do respeito à dignidade humana, princípio fundamental para a construção de uma sociedade plural e democrática. Por fim, discutimos a importância da Literatura para o mundo contemporâneo, dando ênfase ao romance de denúncia social, categoria que engloba obras como *Os que bebem como os cães*, fundamentais para a formação de leitores críticos que rejeitem toda forma de tortura e violação dos direitos humanos.

1 O PENSAMENTO FILOSÓFICO E POLÍTICO DE HANNAH ARENDT A PARTIR DOS CONCEITOS DE BANALIDADE DO MAL, VIOLÊNCIA ESTATAL, IDEOLOGIA E TERROR

Neste primeiro capítulo, abordaremos aspectos relacionados à ascensão dos regimes totalitários na Europa durante a primeira metade do século XX. Além disso, apresentaremos os principais conceitos da filósofa alemã Hannah Arendt relacionados à sua crítica ao totalitarismo, precedidos por uma breve biografia da pensadora, bem como contribuições de outros autores que também estudaram o mesmo fenômeno.

1.1 CONTEXTO HISTÓRICO DA ASCENSÃO DE REGIMES TOTALITÁRIOS NA EUROPA

O século XX foi um período histórico marcado por dois grandes conflitos de escala global, tensões políticas, intensa disputa no campo ideológico e pela ascensão de governos ditoriais com viés totalitário, tanto à direita quanto à esquerda. Marcados pela brutalidade e pela forte perseguição ao pensamento divergente, tais regimes, em geral, apresentavam características totalitárias, como a intensa militarização da sociedade, a concentração de poder político e econômico nas mãos de um líder ou de um grupo, além de empreenderem sistemáticas violações de direitos humanos.

Em um século marcado por extremos, a contabilidade macabra de vítimas ultrapassou a casa das centenas de milhões de mortos. Seja nos campos de concentração nazistas, seja nos *gulags* soviéticos, a regra geral foi a repressão, a tortura e a desumanização do outro, independentemente de a motivação ter sido étnico-racial ou política. O nazismo e o stalinismo, embora possuíssem origens ideológicas distintas – e, para muitos estudiosos, diametralmente opostas –, compartilhavam semelhanças importantes, sobretudo no que concerne à demonização e perseguição a um inimigo por meio de uma forte propaganda de Estado, além do culto à personalidade de seus líderes tirânicos.

A Alemanha vivia um momento caótico, tanto política quanto socialmente, no pós-Primeira Guerra Mundial. Somada à enorme humilhação pela derrota no conflito, que colocou frente a frente as principais potências europeias da época, o aumento da miséria, agravada pela crise de 1929 iniciada nos EUA, mas que reverberou por

diversas nações ao redor do mundo, aumentou o sentimento de insatisfação do povo germânico, que viu em Adolf Hitler, um carismático orador que dominava a habilidade de manipular as massas, uma possibilidade de redenção diante da grave crise econômica que desestabilizava a República de Weimar (1918–1933).

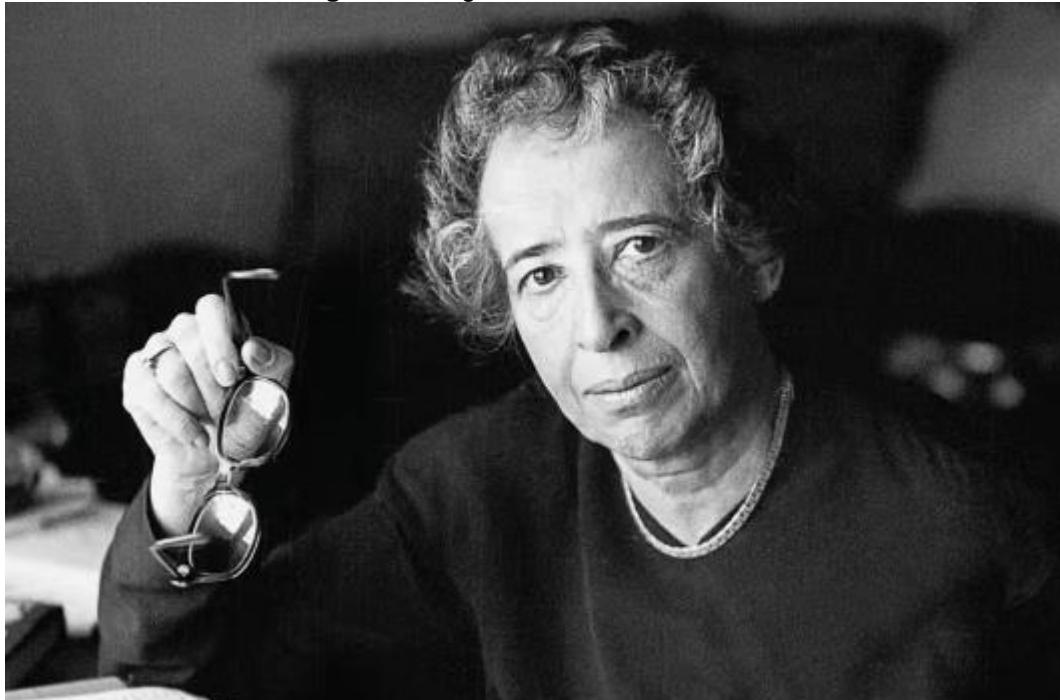
Foi nesse cenário que o *Nationalsozialistische Deutsche Arbeiterpartei*, o Partido Nazista Alemão, ascendeu ao poder em 1933, após Adolf Hitler ser nomeado chanceler do país pelo então presidente Paul von Hindenburg. O que se viu a partir de então foi o estabelecimento de um regime fascista, ditatorial e totalitário, com intensa perseguição a grupos minoritários, como os judeus, comunistas, homossexuais, ciganos, testemunhas de Jeová, dentre outros. Fundamentados numa ideologia que se propagava como científica, os nazistas categorizaram raças hierarquicamente, difundindo a suposta superioridade dos arianos diante de outras etnias que compunham a nação alemã.

No Leste Europeu, aproximadamente na mesma época, Josef Stalin, Secretário-Geral do Partido Comunista da União Soviética – também conhecido como PCUS – empreendeu uma ampla perseguição a indivíduos acusados de sabotagem, integrantes da *Intelligentsia* e do Exército Vermelho. Milhares foram presos injustamente, muitos deles enviados para prisões siberianas, onde padeciam de frio e fome. A repressão stalinista teve seu auge durante o chamado Grande Expurgo, período histórico ocorrido entre os anos de 1934 e 1938. Sob o pretexto de blindar a revolução socialista de uma suposta traição organizada por agentes internos, Stalin instaurou um clima de vigilância permanente, em que indivíduos eram frequentemente delatados ao aparato repressivo soviético.

No período que antecedeu o início da Segunda Guerra Mundial, Josef Stalin buscou contornar a crise que assolava a nação que governava por meio de intensas perseguições, responsabilizando bodes expiatórios considerados inimigos do povo, em uma categorização semelhante à criada por Adolf Hitler na Alemanha nazista, nesse caso, judeus e outras minorias. Ambos os tiranos lançaram mão de organizações repressivas estruturadas, como a Gestapo e a NKVD, para eliminar os opositores dos estados ditoriais por eles comandados com mão de ferro. Duas grandes potências europeias estavam, portanto, mergulhadas no horror totalitário, reféns de dois regimes que, a despeito de se confrontarem ideologicamente, transformaram a violência estatal sistemática em um instrumento de controle social e político.

1.2 BREVE BIOGRAFIA DE HANNAH ARENDT

Imagen 1: fotografia de Hannah Arendt



Fonte: Site *Quatro cinco um*

A análise do totalitarismo, de suas causas e efeitos, constitui um tema predominante na obra da filósofa alemã Hannah Arendt (1906–1975), uma das mais importantes pensadoras do século XX. Nascida em Linden, cidade próxima a Hannover – à época pertencente à Prússia Ocidental –, Arendt produziu obras que influenciaram, direta ou indiretamente, intelectuais das mais diversas áreas de estudo das Ciências Humanas, tais como a Filosofia, a Ciência Política e o Direito, dentre outras.

Hannah Arendt sofreu com o antisemitismo que vigorava na sociedade alemã nas primeiras décadas do século passado. Após perder o pai aos sete anos, mudou-se com sua mãe para a casa de Max Arendt, seu avô paterno. Matriculada em uma escola exclusiva para meninas, vivenciou um episódio marcante que é considerado o ponto de partida para seu ainda incipiente interesse em política: após propor um boicote a um professor que a havia ofendido, foi expulsa da instituição ensino, que alegou insubordinação.

Em 1924, Hannah Arendt ingressou na Universidade de Marburgo, onde se tornou aluna do filósofo Martin Heidegger, com quem iniciou um relacionamento amoroso sigiloso. Em 1929, doutorou-se em Filosofia pela Universidade de

Heidelberg, defendendo a tese intitulada *O Conceito de amor em Santo Agostinho*, realizada sob a orientação de Karl Jaspers. Com a ascensão de Adolf Hitler ao poder em 1933, o antisemitismo tornou-se uma política oficial de Estado na Alemanha, gerando uma implacável perseguição aos judeus, inclusive a Arendt, que foi presa no verão daquele ano.

Após ser libertada da prisão, passou a viver no exílio e, depois de uma breve estadia nas cidades de Praga e Genebra, fixou residência em Paris, onde passou a atuar como assistente social, acolhendo crianças judias refugiadas de sua terra natal. Com a subsequente ocupação nazista da França durante a Segunda Guerra Mundial, Hannah Arendt foi obrigada a emigrar novamente, estabelecendo-se brevemente em Portugal antes de partir para os Estados Unidos, onde sua profícua produção intelectual influenciou um grande número de intelectuais e admiradores.

1.3 HANNAH ARENDT E OS CONCEITOS DE BANALIDADE DO MAL, VIOLÊNCIA ESTATAL, IDEOLOGIA E TERROR

Em uma de suas mais importantes publicações, *Eichmann em Jerusalém*, obra em que relata o julgamento do oficial nazista Adolf Eichmann, ocorrido em Israel entre abril e agosto de 1961, Arendt apresenta, na última página do livro, o conceito pelo qual é mais conhecida: o da banalidade do mal. No epílogo, a filósofa descreve o fenômeno de maneira mais clara, asseverando que:

[...] pois quando falo da banalidade do mal, falo num nível estritamente factual, apontando um fenômeno que nos encarou de frente no julgamento. Eichmann não era nenhum Iago, nenhum Macbeth, e nada estaria mais distante de sua mente do que a determinação de Ricardo III de “se provar um vilão”. A não ser por sua extraordinária aplicação em obter progressos pessoais, ele não tinha nenhuma motivação. E esse aplicação em si não era de forma alguma criminosa; ele certamente nunca teria matado seu superior para ficar com seu posto. Para falarmos em termos coloquiais, ele simplesmente nunca percebeu o que estava fazendo (1999, p. 172).

Eichmann não se percebia, portanto, como um monstro, mas como alguém que, imerso em uma ideologia que pregava a aniquilação de um “inimigo” – neste caso, o povo judeu –, praticava atos hediondos a serviço de um regime totalitário. Ele e seus pares cumpriam ordens sem questionar, sendo usados por um governo que os manipulava para que se tornassem máquinas de destruição da vida de milhões de pessoas, sem que necessariamente refletissem sobre a validade moral do que estavam fazendo. Para Arendt (1999, p. 173), “a essência do governo

totalitário, e talvez a natureza de toda burocracia, seja transformar homens em funcionários e meras engrenagens, assim os desumanizando".

No Brasil, durante a vigência do regime civil-militar ditatorial, o inimigo a ser caçado, encarcerado e aniquilado era aquele que se alinhava a ideias de esquerda, elevado ao patamar de antagonista do sistema e seu potencial destruidor. Sem possuírem provas de um suposto complô comunista contra a, até então, frágil democracia brasileira, os militares empenharam-se numa perseguição implacável contra uma parcela dos cidadãos do país, ao mesmo tempo em que iludiam a sociedade com promessas de suavização do regime. Segundo o jornalista Elio Gaspari (2002, p. 144-145):

A direita brasileira precipitou o Brasil na ditadura porque construiu um regime que, se tinha a força necessária para desmobilizar a sociedade intervindo em sindicatos, aposentando professores e magistrados, prendendo, censurando e torturando, não teve para disciplinar os quartéis que garantiam a desmobilização. Essa contradição matou primeiro a teoria castelista da ditadura temporária, em seguida liquidou as promessas inconsistentes de abertura política feitas por um governo desastroso como o de Costa e Silva ou simplesmente falsas, como a de Garrastazú Medici.

Por seu turno, o filósofo e sociólogo alemão Theodor Adorno, integrante da chamada Escola de Frankfurt – grupo de intelectuais que propunha uma releitura multidisciplinar do marxismo –, estudou as relações entre o poder totalitário e a perseguição ao que ele denomina de “inimigo imaginário”. Na perspectiva do referido pensador, o desprezo direcionado aos judeus por parte do nazismo, estratégia que colaborou decisivamente para a ascensão de Adolf Hitler ao poder na Alemanha no início da década de 1930, criou um imaginário fantasioso que manipulou a visão do povo alemão sobre esse suposto inimigo. Para Adorno (2019, p. 254-255):

As fantasias com as quais devemos lidar são tão conhecidas na vida cotidiana que seu significado na estrutura do antisemitismo pode ser dado como certo. Elas são apenas sublinhadas por nossa pesquisa. Pode-se dizer que essas fantasias ocorrem toda vez que os estereótipos “correm soltos” [“run wild”], isto é, tornam-se completamente independentes da interação com a realidade. Quando esses estereótipos “emancipados” são forçosamente trazidos de volta à relação com a realidade, aparecem distorções flagrantes. O conteúdo dos exemplos de fantasia estereotipada que coletamos relacionam-se predominantemente com ideias de poder excessivo atribuídas ao inimigo escolhido. A desproporção entre a relativa fraqueza social do objeto e sua suposta onipotência sinistra é, por si só, evidência de que o mecanismo projetivo está em ação.

Ainda na adolescência, Arendt teve seu primeiro contato com a obra do filósofo Immanuel Kant, interessando-se, sobretudo, por sua concepção de mal. Nádia Souki, psicóloga e doutora em Filosofia, em sua obra *Hannah Arendt e a banalidade do mal*, traça um paralelo entre a doutrina do “mal radical” do pensador prussiano e o conceito de mal arendtiano, evidenciando suas principais diferenças. Ao discorrer sobre a visão de mal em Kant, a autora afirma:

Kant recusou o escândalo do mal ao situá-lo dentro dos limites da simples razão e, com isso, rompe com a tradição filosófica ocidental que definia o mal como negatividade de bem (Agostinho, Leibniz). Já em 1763, no Ensaio para introduzir em filosofia o conceito de grandezas negativas, o autor afirmava que o mal, assim como o vício, não era apenas uma ausência de bem, não tinha apenas um caráter negativo, mas devia ser pensado em termos de resistência ao bem como algo que tinha uma positividade. E a fonte dessa positividade era a nossa própria vontade, algo ligado à liberdade do homem (Souki, 1998, p. 22).

O mal, nesse sentido, não seria apenas a ausência, mas uma oposição concreta, sendo inerente à existência do bem. Arendt, discípula de Jaspers, que estudou de forma profunda a obra de Kant, “quis ver de perto Eichmann, o mal encarnado no julgamento em Jerusalém” (Souki, 1998, p. 16). Surpreendeu-se ao se deparar com um homem comum, que apresentava o que ela classificou como “vazio de pensamento”, o qual, para a autora, era uma das causas do mal. Sobre as possíveis semelhanças entre os conceitos de mal de Kant e Arendt, Souki (1998, p. 112) afirma:

[...] o pensamento de Hannah Arendt sobre a banalidade do mal parece convergir para o de mal radical kantiano, sem que, contudo, ela tenha se dado conta disso. Sobre essa dimensão política do mal, em sua dinâmica de alastramento, Hannah Arendt assim se refere: “Ele pode invadir tudo e assolar o mundo inteiro precisamente porque propaga-se como um fungo”.

Souki cita dois pontos de convergência entre as abordagens sobre o mal dos dois filósofos de origem germânica, sendo o primeiro relacionado à recusa de ver no homem uma malignidade intrínseca. A autora afirma que “o mal é considerado como uma possibilidade humana, uma contingência e, sendo assim, acha-se inscrito na sua liberdade” (1998, p. 156). Sobre o segundo ponto de convergência, concernente à dignidade humana, Souki, na mesma página, declara:

Em ambos, a dignidade humana é garantida quando o homem é livre, isto é, quando ele é considerado como um fim em si mesmo. Essa garantia é alcançada em Kant através da lei moral, e em Arendt, pela ação, notadamente a ação política. Nos dois pensadores, paralela à ideia de liberdade, encontra-se a de igualdade. Em ambos, todo ser humano tem um apelo igual à dignidade humana, que se faz em Kant, pelo igualitarismo moral e é aperfeiçoada, em Arendt, pela cidadania isonômica. Liberdade e igualdade são, pois, os pontos de referência comuns para se pensar a dignidade humana. Contudo, em Kant, o homem é pensado, originalmente, em sua moralidade e, em Arendt, em sua ação política.

Arendt também apresenta, em seus escritos, sua definição de ideologia que, juntamente com a ideia de terror, forma a essência dos regimes totalitários. Tal conceito em nada se relaciona com a definição do pensador socialista Karl Marx. Enquanto, para este, a concepção de ideologia se refere a um conjunto de ideias pelas quais os indivíduos são direcionados a pensar mediante influência da classe dominante, sendo profundamente afetados pelos conflitos de classes existentes na sociedade, para Arendt o conceito tem a ver com “a lógica de uma ideia”, a qual é fortemente manipulada por um regime totalitário. Para a autora:

[...] todas as ideologias contêm elementos totalitários, mas estes só se manifestam inteiramente através de movimentos totalitários — o que nos dá a falsa impressão de que somente o racismo e o comunismo são de caráter totalitário. Mas, no fundo, é a verdadeira natureza de todas as ideologias que se revelou no papel que a ideologia desempenhou no mecanismo do domínio totalitário (2013, p. 593).

Os regimes totalitários, por meio da manipulação ideológica, afastam as pessoas da realidade, impedindo-as de exercer seu pensamento crítico e empurrando-as para uma narrativa que não se sustenta na lógica, nem pode ser submetida ao princípio da falseabilidade. O indivíduo deixa de perceber as contradições características de qualquer ideologia, tornando-se incapaz de interpretar o que existe de concreto no mundo que o rodeia. Sobre isso, Arendt (2013, p. 592) afirma:

As ideologias pressupõem sempre que uma ideia é suficiente para explicar tudo no desenvolvimento da premissa, e que nenhuma experiência ensina coisa alguma porque tudo está compreendido nesse coerente processo de dedução lógica. O perigo de trocar a necessária insegurança do pensamento filosófico pela explicação total da ideologia e por sua *Weltanschauung* não é tanto o risco de ser iludido por alguma suposição geralmente vulgar e sempre destituída de crítica quanto o de trocar a liberdade inerente da capacidade humana de pensar pela camisa de força da lógica, que pode subjuguar o homem quase tão violentamente.

Outro conceito central no pensamento de Arendt diz respeito ao terror. Na obra *Origens do totalitarismo*, em que constrói uma análise aprofundada sobre o tema, a pensadora assevera que o terror é utilizado por regimes totalitários como instrumento de destruição da individualidade:

No cinturão de ferro do terror, que destrói a pluralidade dos homens e faz de todos aquele Um que invariavelmente agirá como se ele próprio fosse parte da corrente da história ou da natureza, encontrou-se um meio não apenas de libertar as forças históricas ou naturais, mas de imprimi-lhes uma velocidade que elas, por si mesmas, jamais atingiriam. Na prática, isso significa que o terror executa sem mais delongas as sentenças de morte que a Natureza supostamente pronunciou contra aquelas raças ou aqueles indivíduos que são “indignos de viver”. (Arendt, 2013, p. 587).

Para a filósofa alemã, o terror não se restringe a uma mera propagação do medo, mas se caracteriza fundamentalmente como um instrumento de dominação política. Ele isola o homem, massificando-o e destruindo sua capacidade de atuar democraticamente na esfera pública. Acuado diante de uma violência desmedida e desumana, o indivíduo se isola, atomizando-se. Sobre a importância do terror para as ditaduras totalitárias, comparando-o às ideologias, Arendt (2013, p. 597) afirma:

Tal como o terror é necessário para que o nascimento de cada novo ser humano não dê origem a um novo começo que imponha ao mundo a sua voz, também a força autocoerciva da lógica é mobilizada para que ninguém jamais comece a pensar — e o pensamento, como a mais livre e a mais pura das atividades humanas, é exatamente o oposto do processo compulsório de dedução. O governo totalitário só se sente seguro na medida em que pode mobilizar a própria força de vontade do homem para forçá-lo a mergulhar naquele gigantesco movimento da História ou da Natureza que supostamente usa a humanidade como material e ignora nascimento ou morte.

Ideologia e terror são, portanto, ferramentas essenciais para a dominação que um governo totalitário exerce sobre seus cidadãos. A violência infligida aos perseguidos políticos por tais regimes é resultado das transformações operadas nessas sociedades, como a aniquilação do pensamento livre, o que leva homens comuns a praticarem os atos mais cruéis e hediondos possíveis.

Arendt também estudou a fundo a estrutura do poder em sua dimensão ontológica. Para ela, “o poder não precisa de justificação, sendo inerente à própria existência das comunidades políticas; o que ele realmente precisa é de legitimidade” (2022, p. 57). Diferentemente do poder, a violência, embora possa em algumas

situações ser justificada, jamais será legítima. Para a pensadora, “sua justificação perde em plausibilidade quanto mais o fim almejado se distancia do futuro”.

No que concerne às relações entre poder e violência, Arendt entende que, apesar de terem conceitos diferentes – na verdade, ela os define como opostos –, eles geralmente se apresentam ao mesmo tempo. Segundo a autora:

Poder e violência, embora sejam fenômenos distintos, normalmente aparecem juntos. Onde quer que estejam combinados, o poder é, como descobrimos, o fator primário e predominante. [...] Vimos que a equação ordinária entre violência e poder se assenta na compreensão do governo como a dominação do homem pelo homem por meio da violência (2022, p. 57).

Diante do exposto, conclui-se que a obra de Hannah Arendt, internacionalmente aclamada, tanto dentro como fora do ambiente acadêmico, é fundamental para que os horrores das ditaduras totalitárias sejam combatidos, ideológica e politicamente. Seu pensamento, que atravessou múltiplas subáreas da Filosofia, bem como repercutiu em diversas outras áreas do conhecimento, caracterizou-se por uma defesa intransigente da liberdade humana e dos valores democráticos. A autora não somente produziu uma análise do fenômeno do totalitarismo do século passado com precisão filosófica e histórica, mas também defendeu, de forma irrestrita, o pensamento livre e a dignidade humana.

Ademais, deve-se ter em mente que o legado intelectual arendtiano não se limita à denúncia do totalitarismo como um fenômeno histórico pontual e isolado, mas reverbera nos atuais diante do risco da ascensão de governos ditatoriais em várias partes do mundo, muitas vezes alicerçados em práticas autoritárias aliadas a atos violentos de intolerância e discursos de ódio. Nessa perspectiva, o alerta de Arendt para o perigo da banalização do mal diante de práticas institucionais perversas funciona como um guia ético de resistência às modernas formas de exclusão e dominação promovidas em um contexto político global mais polarizado por extremos ideológicos autoritários e antidemocráticos.

2 ANÁLISE DA OBRA *OS QUE BEBEM COMO OS CÃES* À LUZ DAS IDEIAS DE HANNAH ARENDT

Neste segundo capítulo, apresentaremos uma breve biobibliografia do escritor piauiense Assis Brasil e exibiremos, com detalhes, o suplício do personagem principal da obra *Os que bebem como os cães*, objeto de análise deste trabalho. Ademais, abordaremos questões concernentes ao estilo adotado no romance, bem como ao seu contexto histórico e político. Por fim, relacionaremos a tortura apresentada na narrativa aos conceitos de banalidade do mal, violência estatal, terror e ideologia, presentes na obra da filósofa alemã Hannah Arendt.

2.1 VIDA E OBRA DE ASSIS BRASIL

Imagen 2: fotografia de Assis Brasil



Fonte: site da OAB-PI

Nascido na cidade de Parnaíba, no litoral do estado do Piauí, em 18 de fevereiro de 1932, Francisco de Assis Almeida Brasil foi um prolífico escritor, principalmente de romances e contos, além de jornalista, ensaísta, crítico literário e professor. Membro da Academia Piauiense de Letras e reconhecido por seus pares como um dos grandes romancistas de seu estado, Assis Brasil possuía um

extraordinário domínio do ofício de escrever, tendo dedicado sua vida profissional à Literatura.

Como crítico literário, colaborou com periódicos importantes como o *Jornal do Brasil*, o *Diário de Notícias*, o *Correio da Manhã* e *O Globo*, além da revista *O Cruzeiro*. Entre as mais de cem obras publicadas por Assis Brasil, destacam-se aquelas pertencentes à sua Tetralogia Piauiense – *Beira-rio beira-vida* (1965), *A filha do meio-quilo* (1966), *O salto do cavalo cobridor* (1968) e *Pacamão* (1969) –, bem como os quatro romances que compõem o chamado Ciclo do Terror: *Os que bebem como os cães* (1975), *O aprendizado da morte* (1976), *Deus, o Sol, Shakespeare* (1978) e *Os crocodilos* (1980).

Foi aos quinze anos que Assis Brasil, então estudante do Colégio São João, em Fortaleza, redigiu seu primeiro texto literário, “O poste e a palmeira”, um apólogo inspirado em texto do mesmo gênero de Machado de Assis, que foi publicado em 1948 no jornal *Gazeta de Notícias*. À mesma época, teve uma crônica publicada no jornal *O Radical*, que serviria de embrião para a construção de seu primeiro romance, *Verdes mares bravios*, publicado no Rio de Janeiro – então Capital Federal do Brasil – em 1953, sendo posteriormente reeditado com um título diferente, *Aventura no mar*, tornando-se uma obra destinada ao público infantojuvenil.

Também atuou como tradutor de ensaios sobre a obra do romancista norte-americano William Faulkner e contos de Carson McCullers, além de ter escrito, sob o pseudônimo Castro Mussél, textos sobre o cinema. Foi, contudo, na década de 1960, já como escritor maduro, que Assis Brasil angariou a atenção de leitores e da crítica especializada, ao vencer pela primeira vez o Prêmio Walmap pelo romance *Beira-rio beira-vida*, que é ambientado na sua cidade natal. Também foi agraciado, pelo conjunto de sua obra, com o Prêmio Machado de Assis da Academia Brasileira de Letras, em 2004. Engajado em causas sociais, ele declarou, em uma entrevista à revista *Sapiência* (2007, p. 6–7), pertencente à FAPEPI – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Piauí –, que:

Toda a minha obra, incluindo os livros infanto-juvenis, giram sob a essa ótica. Sempre defendi a tese de que todo escritor, todo artista, têm essa preocupação em sua obra, quer implícita ou explicitamente. O conhecimento em nosso país é muito limitativo. Fizeram a diferenciação entre “engajado” e “alienado” e pronto. E ainda hoje, quando as ideologias desapareceram, muitos continuam a “pastar” nesse simplismo. Uma vez

defendi Clarice Lispector e Samuel Rawet da acusação de serem “alienados”.

Para muitos estudiosos, sua vasta obra pode ser catalogada em duas linhas: uma de viés mais conservador, ligado à manutenção de estilos literários tradicionais; e outra de caráter progressista, na qual buscou realizar uma ruptura em relação ao conservadorismo ainda presente na literatura da segunda metade do século XX. Relativas a essa última pertencem as obras do supracitado Ciclo do Terror, verdadeiras obras-primas que revelam o gênio inventivo de Assis Brasil, bem como seu estilo inconfundível e sua capacidade de instigar a imaginação do leitor com temas que são, muitas vezes, de difícil apreciação.

Ocupou a Cadeira 36 da Academia Piauiense de Letras, da qual recebeu, em 2000, a Medalha Cultura Lucídio Freitas. Alguns meses antes, havia sido condecorado, pelos importantes serviços prestados à cultura de seu estado, com a Medalha Ordem do Mérito Cultural Wall Ferraz. Assis Brasil também foi afetado pelo mal do século XXI: a depressão. Procurou um terapeuta e, segundo o próprio, chegou a cogitar acabar com a própria vida. De volta ao Piauí em 2008, fixou residência na capital, onde viveu seus últimos anos, escrevendo mais meia dúzia de livros. Faleceu no dia 28 de novembro de 2021, em Teresina, aos 89 anos.

2.2 APRESENTAÇÃO DO ROMANCE OS QUE BEBEM COMO OS CÃES

Vencedor do Prêmio Nacional Walmap de 1975, *Os que bebem como os cães* foi originalmente lançado em um período de intensa tensão política. Devastado por um regime civil-militar que já durava mais de uma década, o país convivia com forte censura e violenta repressão contra os direitos fundamentais de seus cidadãos, promovidos por um governo autoritário, ilegítimo e antidemocrático.

No dia 31 de março de 1964, militares de orientação política conservadora, sequiosos por poder e liderados pelo oficial Olímpio Mourão Filho, depuseram o presidente da República, democraticamente empossado, instaurando um regime com viés totalitário que mergulhou o Brasil em um período sombrio, que se estenderia até a metade da década de 1980, quando os clamores por redemocratização, vindo dos muitos setores da sociedade, resultaram na abertura política do país.

A escolha pela utilização da expressão “ditadura civil-militar”, em detrimento da já consagrada nomenclatura “ditadura militar”, deve-se ao fato de que, de acordo com muitos estudiosos do tema, como o professor emérito do componente curricular História Contemporânea da UFF – Universidade Federal Fluminense –, Daniel Aarão Reis, civis participaram decisivamente do golpe militar. Em entrevista à *Agência Brasil*, o historiador cita “a participação ativa, consciente e fundamental dos civis desde a instauração da ditadura, em 1964” (Reis, 2020).

Em sua obra *Ditadura militar, esquerdas e sociedades*, Reis, ao versar sobre a Lei nº 6.683, de 28 de agosto de 1979, – também conhecida como “Lei da Anistia” –, menciona alguns deslocamentos de sentido produzidos pelo debate social promovido por ela, que ensejou uma discussão, entre os estudiosos do período, sobre a reconstrução da memória que ficaria marcada após o fim dos anos de perseguição e censura impostos pelos militares. No que concerne ao terceiro deslocamento, relativo à participação de setores da sociedade civil como cúmplices do regime, o estudioso afirma que:

[...] apagou-se da memória o amplo movimento de massa que, através das Marchas da Família com Deus e pela Liberdade, legitimou socialmente a instauração da ditadura. Desapareceram as pontes e as cumplicidades tecidas entre e a sociedade a ditadura ao longos dos anos 70, e que, no limite, constituíram os fundamentos do próprio processo da abertura lenta, segura e gradual. Um político imaginativo empregou então uma curiosa metáfora: o povo brasileiro, macunaimicamente, comera lentamente a ditadura, mastigando-a devagarzinho, a digerira e se preparava agora para expeli-la pelos canais próprios. Um verdadeiro achado. A sociedade brasileira não só resistira à ditadura, mas a venceu. Difícil imaginar poção melhor para revigorar a autoestima (Reis, 2005, p. 67-68).

Nessa perspectiva, entende-se que a utilização da expressão “ditadura civil-militar” se justifica, tendo em vista o apoio dado por uma considerável parcela dos brasileiros, o que, em grande medida, deu legitimidade não apenas à tomada de poder realizada pelos militares em 1964, mas também às consequentes ações de perseguição implacável a opositores e graves violações de direitos humanos, amplamente documentadas, além da ajuda financeira e material ao regime.

Nesse contexto social de violência estatal institucionalizada, o escritor Assis Brasil constrói um romance que no qual é apresentado o drama do professor Jeremias – cujo nome e profissão são revelados ao leitor apenas na parte final da obra –, que se vê algemado pelas costas em uma cela umbrática e fétida, convivendo com uma rotina de constantes abusos físicos e psicológicos nesse

ambiente inóspito e insalubre. O narrador assim descreve a realidade vivida pelo personagem principal:

A escuridão é ampla e envolvente. O silêncio total, cortado apenas por aquele velho barulho que parte de seus ouvidos. [...] Aos poucos, ia apalpando o escuro da cela, o silêncio da escuridão, o zumbido do próprio corpo – estava no chão frio: não era cimento nem tijolo, terra batida, úmida, mas não molhada a ponto de ensopar sua roupa – os braços para trás das costas, os pulsos algemados (Brasil, 2013, p. 7).

Jeremias percebe, então, que não está sozinho. Seu tormento também é vivido por outros homens que, presos na mesma instituição, são rotineiramente alvos de atos cruéis praticados por agentes de repressão do regime militar:

Aos poucos, experimentando abrir devagar os olhos, sentia que estava num pátio iluminado, e outros homens se acotovelam ao seu lado. Abriu mais os olhos e pôde ver em frente: uma fila de homens, todos amordaçados como ele. Eram o seu espelho, estavam ali para as mesmas coisas. (Brasil, 2013, p. 10).

De volta à sua cela, Jeremias se alimenta de forma precária. A cada dia, uma portinhola é aberta por um dos guardas – talvez por aquele que o havia torturado no pátio –, e um prato, que passa a preencher o inóspito ambiente com um cheiro nauseabundo, é colocado sobre o chão. Ele, num impulso instintivo, abaixa-se e, ainda algemado pelas costas, arrasta-se até a comida, que exalava uma quentura que batia em seu rosto:

Tenho que beber isso ou morrerei. A ideia da morte o fez estremecer pela primeira vez. Achegou-se mais, juntou as pernas, levantou ligeiramente a cabeça e conseguiu sorver o primeiro gole. O líquido quente desceu queimando a garganta, mas não se importou. Tornou a sorver outro gole. E mais outro. Tentou sentir algo, algum gosto, mas a coisa era neutra, estava apenas quente. Mas não era incolor como a água do pátio – mais densa, um pouco pastosa. Ou talvez não pudesse sentir o gosto de coisa alguma (Brasil, 2013, p. 14-15).

A agonia aparentemente interminável de Jeremias é narrada em três capítulos – “A cela”, “O pátio” e “O grito” – que se repetem ciclicamente. Nessa perspectiva, Andrey Oliveira, em seu ensaio *Razão embotada*, ao analisar o romance *Os que bebem como os cães*, chama a atenção para a forma como essa repetição foi utilizada por Assis Brasil como um recurso estilístico que realça ainda mais a angústia experimentada pelo leitor da obra. Segundo o autor:

Em *Os que bebem como os cães*, mais do que haver a problematização conceitual da repressão militar, há uma tentativa de tornar sensível tal situação, fazendo o leitor experimentar, por efeito da estruturação das categorias narrativas, sensações típicas de repressão semelhantes àquelas sofridas pela personagem. Desta forma, as estruturas narrativas assumem o mesmo papel repressor das estruturas ditatoriais. Tornar sensível ao leitor o enclausuramento, a confusão mental, a miopia, a angústia, a monotonia, a alienação etc. da personagem é, em grande parte, resultado da combinação entre a natureza redundante e cíclica da estrutura principal do romance, o foco narrativo adotado e as configurações do tempo e espaço. (Oliveira, 2016, p. 13-14).

Nesse sentido, percebe-se que a intenção de Assis Brasil, ao apostar na repetição dos supramencionados capítulos, é causar no leitor o desespero e introduzi-lo naquele ambiente hostil e hediondo. A intermitência das seções do romance, assim como seu texto extremamente bem construído, que revela a tortura física e o estado mental alterado de Jeremias, são partes integrantes desse empreendimento estético e de denúncia política do autor, uma vez que a obra foi lançada em meio ao turbulento período da ditadura civil-militar brasileira (1964–1985), em que milhares de brasileiros tiveram seus corpos violados em prisões por todo o país.

A tortura, nessa perspectiva, foi utilizada como instrumento de controle sobre aqueles que se atreveram a discordar do regime ilegitimamente constituído. Segundo Gaspari (2002, p.12):

Escancarada, a ditadura firmou-se. A tortura foi o seu instrumento extremo de coerção e o extermínio, o último recurso da repressão política que o Ato Institucional nº 5 libertou das amarras da legalidade. A ditadura envergonhada foi substituída por um regime a um só tempo anárquico nos quartéis e violento nas prisões. Foram os Anos de Chumbo.

Desde 1984, a Convenção Contra a Tortura, em seu artigo 1º, traz a seguinte definição acerca do ato de torturar:

Todo ato pelo qual um funcionário público, ou outra pessoa por instigação sua, inflija intencionalmente a uma pessoa penas ou sofrimentos graves, físicos ou mentais, com o fim de obter dela ou de terceiro informação ou confissão, de castigá-la por um ato que tenha cometido ou se suspeite que tenha cometido, ou de intimidar essa pessoa ou outras (ONU, 2012).

Sabe-se, desde Max Weber (2020), que o Estado moderno possui o monopólio do legítimo uso da violência dentro de um território delimitado. Não

obstante, tal uso deve estar, segundo o pensador alemão, fundamentado em leis que possuam uma racionalidade normativa intrínseca e que sejam reconhecidas e obedecidas voluntariamente por determinada sociedade, o que não ocorre em Estados ditoriais, tanto de direita quanto de esquerda, que utilizam a violência de forma arbitrária para perseguir seus inimigos. A ditadura civil-militar brasileira (1964–1985), que elevou a tortura de presos políticos ao patamar de política oficial de Estado, subverteu o conceito weberiano, transformando-o numa perversão moral que contrariou princípios elementares de governos constituídos legítima e democraticamente.

Outro pensador que estudou as relações de poder entre o Estado e o indivíduo encarcerado, bem como acerca da instituição prisão, foi o filósofo francês Michel Foucault. Em seu *magnum opus Vigiar e punir*, ele discorre sobre a legitimidade do estado em punir seus cidadãos. Muitas vezes alçados ao patamar de inimigos da pátria e passíveis de serem eliminados, pesa sobre os criminosos – que frequentemente são perseguidos políticos – uma suposta legitimação da violência, baseada na defesa do bem comum social, que, no caso de regimes ditoriais, é vista como uma ameaça à sua unidade e segurança. Segundo o pensador (1999, p. 110):

Até mesmo pior que um inimigo, é um traidor pois ele desfere seus golpes dentro da sociedade. Um “monstro”. Sobre ele, como não teria a sociedade um direito absoluto? Como deixaria ela de pedir sua supressão pura e simples? E se é verdade que o princípio dos castigos deve estar subscrito no pacto, não é necessário, logicamente, que cada cidadão aceite a pena extrema para aqueles dentre eles que os atacam como organização?

Nessa perspectiva, Ruy Fausto, filósofo e professor universitário brasileiro, em sua obra *O ciclo do totalitarismo*, na qual investiga a estrutura de regimes totalitários do século passado, adeptos do igualitarismo ou do anti-igualitarismo, afirma, ao analisar especificamente o regime totalitário stalinista, que uma ditadura não precisa de legitimação nem de respaldo popular. Para o autor:

Uma legitimação da violência que vai até o terror (isto é, até uma violência mais ou menos indiscriminada contra aqueles que são considerados “inimigos do povo”) e um tipo de organização que se constrói de cima para baixo, e não se preocupa muito com legitimidades eleitorais. (Fausto, 2019, p. 218)

Fausto examina, ainda, como as leis de tais governos são estruturadas. Ele discorre sobre a visão de Arendt no que concerne à sua análise sobre como a transcendência se sobrepõe à imanência, e que o totalitarismo é caracterizado pela presença do que a pensadora alemã denomina de “lei de movimento”. Tal lei, sendo racional ou não, daria legitimidade e autoridade aos regimes ditoriais. Para ele:

Arendt sugere que quando se reconhecem instâncias transcendentais estas não podem invadir o terreno da legislação positiva. Ora, o que caracteriza a “lei de movimento” totalitária é não só que ela é uma lei de luta ou de guerra (lei que visa, em primeiro lugar, à destruição do inimigo e não à estabilização de relações sociais, mesmo se no quadro de relações de dominação e exploração), mas que ela se impõe de forma imediata, liquidando toda mediação das leis positivas. (Fausto, 2019, p. 114)

Em um dado momento do romance em questão, enquanto Jeremias se encontra no pátio, uma visão o atormenta: um homem morto – não o primeiro que ele havia visto naquele lugar – sendo levado pelos guardas, exibido como um lembrete de que todos ali eram meras marionetes de um sistema implacável e desumano. A cena o chocou e despertou sua curiosidade:

Ouviu uma espécie de cochicho ao lado, alguns passos duros e uma voz: – Afaste-se. Os guardas traziam uma nova maca – o homem deitado, de olhos fixos naquele céu falso, tinha os pulsos sangrando sobre o peito. As botas negras levaram o fardo para um corredor e desapareceram em sua distância difusa. Os guardas queriam que todos vissem a cena – a porta das celas continuava aberta, e eles não bateram nos homens quando viraram a cabeça para olhar. A maca ensanguentada era um exemplo. O homem fora castigado por algo que fizera, algo proibido e cujo castigo era a morte (Brasil, 2013, p. 66).

Tal cena evidencia de que maneira o aparato repressivo do Estado atua não somente pela violência física imposta por meio da força, mas também mediante a imposição do medo, que, neste caso, possui natureza simbólica, como forma de garantir a obediência daqueles homens desventurados. Aquele indivíduo, exposto grotescamente aos outros prisioneiros com quem chegara a dividir aquele espaço de suplício e miséria, tanto física quanto mental, teve sua morte espetacularizada e utilizada para a construção de uma cultura de terror, elemento fundamental para a subjugação dos corpos daqueles institucionalmente perseguidos, o que reforça a lógica opressora e perpetua o mal praticado naquele ambiente de repressão.

2.3 A VIOLÊNCIA CONTRA O INDIVÍDUO ENCARCERADO: INTERSECÇÕES ENTRE E A FICÇÃO DE ASSIS BRASIL E A FILOSOFIA POLÍTICA DE HANNAH ARENDT

Na obra ficcional analisada neste trabalho, os atos hediondos cometidos pelos “homens de bota” – indivíduos comuns que, provavelmente, mantêm vínculos familiares, de amizade e até mesmo certa respeitabilidade social – não têm de ser analisados de forma individual. Devem, contudo, ser escrutinados à luz de uma concepção coletiva, segundo a qual o mal praticado por tais agentes da lei é um sintoma de algo mais profundo: o domínio exercido sobre eles por uma ideologia autoritária e desumana. Para Arendt (2022, p. 72–73):

Embora a eficácia da violência, como já observada, não dependa de números – um homem com uma metralhadora pode dar conta de centenas de pessoas bem organizadas –, é na violência coletiva que vem à tona o seu caráter mais perigosamente atrativo e isso de modo algum porque haja segurança em números. É perfeitamente verdadeiro que tanto nas ações militares quanto nas revolucionárias “o individualismo seja o primeiro [valor] a desaparecer”. Em seu lugar, encontramos uma espécie de coerência grupal que é mais intensamente sentida e que prova ser um vínculo muito mais forte, embora menos duradouro, do que todas as variedades da amizade, civil ou privada.

Ao transformar homens comuns em máquinas de trituração da dignidade humana, impedindo-os de pensar livremente e refletir sobre sua condição de algozes de seres humanos iguais a eles – dotados de direitos que asseguram o tratamento digno no cárcere –, os regimes totalitários encontram um caminho livre para a perseguição, a tortura e, em muitos casos, a eliminação de seus inimigos. Na obra *Os que bebem como os cães*, o protagonista, já submetido a seções de tortura, pondera sobre os guardas que o agridem rotineiramente:

Por que eles não falam? Por que não dizem alguma coisa, qualquer palavra? Estarão também amordaçados? Por que temem tanto o grito dos homens? As botas são duras e marciais, de gente acostumada com a guerra ou com a violência – os homens fazem tudo contra o seu semelhante: às vezes são até bondosos para com ele, mostram que têm coração (Brasil, 2013, p. 25).

Jeremias, dessa forma, reflete sobre a condição humana, tão vulnerável à alienação operada por ideologias totalitárias e por líderes carismáticos. Ele, então, comprehende que os perversos guardas, mediante sistemática tortura, estavam, na verdade, apagando seu passado, sua identidade e sua história de vida. Ademais,

percebe que os gritos que ecoavam no pátio não eram apenas de dor, mas de um sentimento muito mais nobre, sublime, que dava aos presos um sentido, uma razão para suportar as condições cruelmente impostas a eles:

Os guardas passaram uma esponja no meu passado, lavaram a minha mente – só tenho que suportar as algemas, o escuro, o simples prato de sopa incolor, o pátio claro como um relâmpago, o tanque, a água sensível e bela – e o grito, o grito dos homens tristes, os berros, não de desespero, mas de esperança. Sim, ESPERANÇA. E pela segunda vez, após o pensamento primitivo de que os homens podiam tudo contra os homens, uma outra reflexão rasgou o seu cérebro e tinha uma nome: ESPERANÇA – um possível final para a tortura, alguém que espera para os seus braços, para o seu conforto, uma paisagem terna entrando pelos olhos. O corpo, dolorido e martirizado – por mais sábia que seja a natureza – tem um limite, o terno carinho de algumas mãos: lembrava-se disso. Um farol no fim da estrada ou do túnel. O grito, a esperança. É esquisita a sensação de abandono – o abandono sem um alvo a atingir (Brasil, 2013, p. 27).

O protagonista se apega a essa “esperança”, vislumbrando-a como a única possibilidade de escapar daquela opressão à qual está submetido. Passa a contar os dias, ainda que essa tarefa lhe pareça árdua, uma vez que não consegue perceber com tanta facilidade a passagem do tempo dentro de sua cela sinistra e escura. Decide, então, mimetizar o brado dos outros homens que, assim como ele, lavam seus corpos e suas roupas no tanque, deixando escapar um clamor, uma súplica:

Os homens conservavam-se parados, estáticos, os guardas murmurando ordens longinquamente. E então descobriu, sentiu, que seus lábios ainda estavam livres – talvez toda a fila de seu lado ainda não houvesse recebido a mordaça. Não pôde olhar dos lados, para observar os companheiros vizinhos – um guarda arrebatava seus braços, colocava-os para trás e algemava os pulsos. Mas ainda estava com os lábios livres. E pensou em gritar. E pensou no grito de esperança. E gritou, bem alto, não mais aquele grunhido sem expressão, mas uma palavra, articulada e sonora, que repercutiu no muro branco: – Mãe! O mesmo guarda que algemara tratou de amordaçá-lo. Mas ainda pôde dar um segundo grito: – Dulce! (Brasil, 2013, p. 30).

Gritar tornou-se a única arma que aqueles pobres homens dispõem diante da impiedosa realidade imposta por seus algozes. Esmagados por um regime fascista e ditatorial, eles têm seus corpos constantemente violados por agentes estatais que concretizam uma violência institucional que transcende o plano meramente simbólico. A filósofa Hannah Arendt, que analisou o efeito da ideologia e do terror propagados por regimes ditoriais totalitários, entende que, embora um

indivíduo possa ser capaz de realizar atos extremamente violentos, é quando ele pertence a um grupo que se torna um instrumento ainda mais poderoso de disseminação dessa violência. Para ele ser aceito por esse grupo – e, sobretudo, para alcançar posições de destaque e respeitabilidade dentro dele –, ele pode vir a cometer as mais bárbaras atrocidades. Sobre isso, a pensadora afirma:

Mas, uma vez que um homem é admitido, ele sucumbará ao encantamento inebriante da ‘prática da violência [que] amarra os homens em um todo coeso, pois cada indivíduo forma um elo violento na grande cadeia, torna-se uma parte do grande organismo da violência em expansão’ (2022, p. 73).

O poder ilegítimo que um Estado totalitário possui, capaz de seduzir homens a participar de atos brutais, esmaga os indivíduos por ele flagelados. No romance *Os que bebem como os cães*, o protagonista comprehende que o poder, naquele ambiente, está concentrado nas mãos daqueles que o martirizam e aos seus semelhantes. Tal horrenda conclusão não foi gerada por uma reflexão racional, mas “fora vomitada pelo corpo, assim como se esvaía em merda e urina para matar as necessidades mais próximas” (Brasil, 2013, p. 47). Jeremias, assim como os demais encarcerados, é um mero joguete nas relações de poder que existem naquele presídio, ao passo que os guardas são a representação da autoridade e da opressão:

Levantou a cabeça – os homens eram pequenos vermes barbados, cuidando de sua pequenina vida rastejante, sob as ordens e violência de outros vermes fardados que tinham o poder. [...] O poder. Aqueles vermes tinham o poder sobre os outros – algo estranho acontecera para que alguns deles, fardados como uma unidade de guerra, dominassem os outros, esfarrapados como um bando de mendigos. O poder era aquilo – uma voz mais poderosa e que tinha meios mais poderosos para o domínio. O poder e o domínio – o confinamento de uma parcela de homens, o poder nas mãos de uma parcela de vermes (Brasil, 2013, p. 47).

Após perceber que não detinha qualquer poder físico diante da soberania exercida pelos homens fardados, o protagonista da narrativa passa, então, a meditar sobre a liberdade, uma condição que, segundo ele, não seria “algo interior, individual, intransferível” (Brasil, 2013, p. 47). Compreende, também, que o grito, aquele gesto verbal utilizado como fuga da opressão que o aniquila aos poucos, assim como a esperança, o amor e a palavra “Deus” – de significado incerto e

abstrato para ele – “faziam parte de um ímpeto maior que vinha de dentro, talvez da mesma argamassa que unira todos os sentimentos: a revolta”.

Nessa perspectiva, a filósofa Hannah Arendt, em sua conhecida obra *A condição humana*, analisa as relações entre poder, palavra e ato. Para a pensadora, o domínio de um homem sobre outro, exercido mediante a violência – seja ela física ou simbólica –, pode ser combatido por meio da força, que é inerente a cada pessoa. Segundo a autora (2007, p. 214–215):

Nas condições da vida humana, a única alternativa do poder não é a resistência – impotente ante ao poder – mas unicamente a força, que um homem sozinho poder exercer contra seu semelhante, e da qual um ou vários homens podem ter o monopólio ao se apoderarem dos meios de violência. [...] É curioso que a violência possa destruir o poder com mais facilidade do que destrói a força; e, embora a tirania se caracterize sempre pela impotência dos seus súditos, privados da capacidade humana de agir e falar em conjunto, não é necessariamente caracterizado pela fraqueza e esterilidade. [...] Por outro lado, a força – dom natural que o indivíduo não pode partilhar com os outros – pode enfrentar a violência com maiores possibilidades de êxito do que tem ao enfrentar o poder – seja heroicamente, dispondo-se a lutar e morrer, seja estoicamente, aceitando o sofrimento e desafiando todos os tormentos através da autossuficiência e do afastamento do mundo.

No romance analisado nesta monografia, essa força inata manifesta-se pelo ato de gritar, que pode ser interpretado de duas formas: a primeira diz respeito a uma tentativa desesperada – e, por vezes, irracional – de sobrepujar a dor causada pela tortura repetitiva; a segunda relaciona-se mais com a pretensão racional de enfrentar a violência totalitária infligida pelos “homens de bota”. O grito se caracteriza, portanto, como uma importante ferramenta de revolta utilizada pelos martirizados no cárcere.

Em oposição ao grito dos flagelados, a postura do narrador, excessivamente descriptiva, é a de dar voz aos personagens retratados na obra, por meio de um recurso estilístico que denuncia, ainda que de forma sutil, a repressão institucional operada por um regime ditatorial e fascista. Conforme observa Oliveira (2016, p. 20–21):

O que se conclui de uma leitura atenta de *Os que bebem como os cães* é que sua “força de combate” reside justamente na abstração histórica de entrecho romanesco. Eis qual nos parece ser a estratégia do narrador: submetendo-se à visão problemática de Jeremias, ele se anula, perde o poder de fala. No entanto, nesta obra, mais do que o discurso explicitado pelo narrador, é em seu silêncio que se mostram de forma plena as condições de vida de uma sociedade castrada pela vigília autoritária dos

aparelhos ideológicos. Em *Os que bebem como os cães*, o narrador cala-se para dizer mais.

Em outro momento do romance, Assis Brasil radicaliza sua abordagem ao mostrar, de forma crua e brutal, o aprofundamento do processo de animalização do personagem principal que, assim como os demais presos, encontra-se reduzido às suas funções fisiológicas, apartado de sua família e desconectado de sua vida fora do cárcere, reduzindo seu dia a dia a ingerir sopa, banhar-se, lavar seus trapos no tanque e fazer suas necessidades dentro da própria cela:

Sorveu o líquido quente: de joelhos, as mãos algemadas para trás – já conseguira uma relativa facilidade, para que o alimento descesse sem engasgar. A língua parecia ter crescido um palmo e pegava a gosma e a levava à garganta, assim como a tromba de um elefante ou a língua de um tamanduá. E ouvia o seu próprio barulho ao se alimentar cadenciado, bocado após bocado, um cão domesticado e ativo. Só lhe faltava a coleira e o rabo. Podia até grunhir e escolher o canto para as suas necessidades. (Brasil, 2013, p. 54).

Esse processo torna-se ainda mais evidente quando Jeremias recebe a inesperada visita de um rato. O animal, também atraído pelo prato de sopa depositado no chão daquele ambiente soturno e malcheiroso, transforma-se em sua única companhia dentro da cela. O protagonista da narrativa, diante dessa situação, reflete sobre a presença daquele pequeno ser vivo, com quem passa a dividir o seu único alimento:

Ele deve vir aqui todos os dias, à mesma hora, para lutar pela sua refeição – aqui é mais fácil para ele, é escuro, tem silêncio, e ninguém perturba. Talvez já me conheça, já esteja acostumado comigo, e corra simplesmente porque acabara de conseguir o que viera buscar. Para aquele corpo diminuto e frágil bastavam algumas migalhas e depois voltava para sua toca, para cumprir a sua determinação de natureza de rato. (Brasil, 2013, p. 57)

Vivenciando condições extremas de isolamento, Jeremias busca estabelecer um vínculo afetivo que o distraia e o faça projetar sentimentos humanos em uma criatura não humana e que gera repulsa em boa parte das pessoas, sendo tradicionalmente associado à sujeira e à doença. Ele se espanta ao perceber que o pequeno roedor, batizado por ele de “Deus” – palavra cujo significado para ele é impreciso – “trouxera um companheiro, talvez uma companheira” (Brasil, 2013, p.

83). O protagonista do romance passa a chamá-los de “César” e “Julieta”, humanizando-os.

Jeremias, mesmo sem possuir pleno domínio de suas faculdades mentais, consegue, ainda assim, em outro momento do romance, refletir sobre a tortura infligida pelos guardas aos presos políticos que ali padecem. Ele entende que os gritos, proferidos no pátio por aqueles homens miseráveis, a quem a liberdade e a dignidade foram negadas, causam medo nos que ali detém o poder, homens alienados por uma ideologia que os controla e não os deixa experimentar o sublime sentimento da empatia:

Os homens de farda não querem que os homens de farrapos se levantem – o retorno a seu caminho, a seu destino de homens. Por isso têm tanto medo do grito e os amordaçam. O grito traz lembranças, os mantém de pé, olhando para a frente. O grito é o esteio, o apoio. Ninguém pode renunciar ao grito. Os homens de farrapos têm que ser mantidos ali como um rebanho, de cabeça baixa em cima de sua refeição pobre. Nada de um se destacar entre os outros, ou tentar levá-los aos perdidos valores de sua condição. Mas era necessário despertar, necessário continuar com o grito, um após outro, no mesmo momento ou em vários momentos: os homens estão morrendo, mas ainda se sustentam em pé e gritam por alguém, têm esperança e um rastilho de dignidade. E é isso que os guardas querem destruir (Brasil, 2013, p. 62).

Como perpetradores do mal, ainda que de forma inconsciente, os guardas não se limitam a cumprir ordens de forma eficiente, mas sentem um “gozo” sádico – no sentido psicanalítico do termo – que os alça a uma condição de superioridade física e moral. O sofrimento do outro, portanto, enraiza-se em uma dinâmica de poder entre quem manda e quem obedece. Dessa forma, a dor do preso deixa de ser o objetivo final da tortura para se converter, frequentemente, em um fim em si mesmo, funcionando como exteriorização de um sentimento de dominação e de afirmação da autoridade instituída – mesmo de maneira ilegítima – sobre o corpo e a mente do perseguido político.

Nessa perspectiva, a psicanalista Maria Rita Kehl, na obra *O que resta da ditadura*, organizada pelos filósofos Edson Teles e Vladimir Safatle como uma compilação de ensaios de diversos intelectuais que examinam a herança da ditadura civil-militar na sociedade atual brasileira, analisa as marcas deixadas pela tortura no corpo e na mente de uma vítima, não se limitando à crítica ao ato em si, mas interpretando-o à luz do conceito lacaniano de “gozo”, que, nesse sentido,

transcende uma sensação experimentada por um agente de repressão estatal, sendo compartilhado por boa parte da sociedade. Para a autora:

Um corpo torturado é um corpo roubado ao seu próprio controle; corpo dissociado de um sujeito, transformado em objeto nas mãos poderosas do outro – seja o Estado ou o criminoso comum. A tortura refaz o dualismo corpo/mente, ou corpo/espírito, porque a condição do corpo entregue ao arbítrio e à crueldade do outro separa o corpo e o sujeito. Sob tortura, o corpo fica tão assujeitado ao gozo do outro que é como se a “alma” – isso que, no corpo, pensa, simboliza, ultrapassa os limites da carne pela via das representações – ficasse à deriva. A fala que representa o sujeito deixa de lhe pertencer, uma vez que o torturador pode arrancar de sua vítima a palavra que ele quer ouvir, e não a que o sujeito teria a dizer. Resta ao sujeito preso ao corpo que sofre nas mãos do outro o silêncio, como última forma do domínio de si, até o limite da morte. E resta o grito involuntário, o urro de dor que o senso comum chama de “animalesco” (Kehl, 2010, p. 130-131).

Esse *schadenfreude* – prazer sádico com o sofrimento do outro –, aplicado ao contexto de um regime de exceção autoritário que lançou mão de castigos que remetiam aos utilizados por regimes totalitários europeus do século XX, corrobora o conceito arendtiano de “banalidade do mal”, na medida em que estimula pessoas comuns, alçadas a patamar de algozes por uma ideologia perversa, chancelada por um certo respaldo social, a cometerem atos hediondos. Segundo Kehl (2010, p. 131-132):

O argumento da tortura como mal necessário parece convincente ainda a grandes parcelas da população brasileira. Nós nos esquecemos que o outro torturado nos diz respeito; que se a tortura separa corpo e sujeito, cabe a nós assumir o lugar de sujeito em nome daqueles que já não têm direito a uma palavra que os represente. Como na canção de Milton Nascimento: “Morte, vela, sentinelas sou/ do corpo desse meu irmão que já se foi [...]. Não nos esquecemos nem por um dia de nossa violência social, passada e presente. Convivemos com ela o tempo todo, preocupamo-nos com ela e a tememos. O que ficou recalcado na sociedade brasileira, desde a tal pseudoanistia, é que somos nós os agentes sociais a quem cabe exterminar a tortura. Esquecemos de que é possível viver sem ela. Só que esta mudança não se dará sem confronto, sem conflito. A tortura resiste como sintoma social de nossa displicência histórica.

Ainda sobre a concepção de Arendt citada anteriormente, é necessário traçar um paralelo entre o julgamento do criminoso de guerra Adolf Eichmann e os torturadores apontados no relatório final da Comissão da Verdade – colegiado criado em novembro de 2011, durante o primeiro mandato de Dilma Rousseff, que investigou violações de direitos humanos e a suspensão de normas democráticas no período da ditadura. Durante entrevista concedida a membros desse grupo, Carlos

Brilhante Ustra, ex-comandante do DOI-CODI – órgão de repressão da ditadura subordinado ao I Exército, que funcionou entre 1970 e 1979 –, manteve-se calmo e sereno diante de ex-presos políticos torturados, mostrando, assim, que a ideologia fascista à qual foi exposto o dessensibilizou, transformando-o em máquina de aniquilação do outro.

Ambos os casos exemplificam como estruturas autoritárias, apoiadas em ideologias que se baseiam na violência e na perseguição sistemática de indivíduos considerados inimigos do regime e da ordem pública, fazem com que homens pertencentes a órgãos de repressão estatais percam a capacidade de pensar por conta própria, agindo como meros reprodutores de valores arbitrários e antidemocráticos. Nesse sentido, o mal praticado por esses homens torna-se banal, pois não é materializado por figuras demoníacas, no sentido literal do termo, mas por homens em carne e osso, incapazes de realizar um julgamento moral de suas próprias ações.

No romance *Os que bebem como os cães*, Jeremias, depois de muito observar o movimento dos homens que se dirigiam ao muro branco situado do outro lado do pátio – além dos limites físicos do tanque onde suas cabeças eram repetidamente mergulhadas com rispidez pelos guardas –, comprehende a terrível verdade sobre os mortos que via frequentemente: eles não eram assassinados por terceiros, mas tiravam a própria vida em um ato de profundo desespero. Diante dessa revelação, o protagonista reflete sobre sua nova descoberta:

Mas a visão dos pulsos sangrando sobre o peito lhe trouxe uma nova ordem de ideias: os pulsos sangrando, cortados. Sentiu um arrepião ao pensar que os homens tentavam o suicídio, matavam-se. Dois haviam morrido em curto espaço de tempo para o seu entendimento. Era a desistência maior: o suicídio. Talvez a única maneira de sair dali, mas não a maneira de salvar a sua própria dignidade, a sua própria condição de homem. Estava com a claridade dos fatos objetivos: os homens do outro lado estavam se suicidando. Não sabia como haviam rasgado os pulsos, para deixar o sangue escorrer, sem que os guardas notassem. Alguma coisa cortara-lhe a carne, o rosto ensombrecido pela morte (Brasil, 2013, p. 80).

Atordoado com o que havia percebido, o personagem principal da narrativa “sentiu uma revolta mais íntima: os homens desistiam, entregavam as suas vidas [...] Eles desistiam, cortavam os pulsos enquanto os guardas não vigiavam – era um complô, um motim para a morte” (Brasil, 2013, p. 101). Indignado com a situação que havia testemunhado, Jeremias decide proferir um clamor, uma súplica dirigida

àqueles homens tão desgraçados quanto ele: “vivam, homens!” (p. 102). Seu grito, entretanto, não ficou sem castigo, na medida em que ele é violentamente empurrado e amordaçado. Ainda assim, não obteve qualquer resposta daqueles que buscavam acabar com suas próprias vidas. Ao retornar à cela, o protagonista do romance chora.

Depois de reduzir a ingestão da sopa, Jeremias passa, gradualmente, a compreender o significado de algumas palavras que lhe eram importantes, mas que, por um certo momento, mostravam-se imprecisas:

E a palavra Deus, assim como a palavra Mãe e a palavra Liberdade já se lhe apresentavam em moldura mais definida, mais nítida. O homem acreditava nelas como um apoio maior, um consolo benfazejo para o que não compreendia em sua prisão, e talvez sofresse mais por isso. Agora era esperar a volta ao pátio, encarar o muro de frente e descobrir o que os homens suicidas faziam pela sua salvação. Pois não se salvavam fugindo daquele antro de tortura e escuridão? Os olhos já refeitos, o corpo menos palpitando, começou a observar a cela – o prato de sopa não estava ali, o canto dos ratinhos ficava a seu lado, a sua pequena fonte d’água estava lá – podia distinguir o que quer que fosse de um reflexo (Brasil, 2013, p. 114).

Em um país que se construiu, histórica, cultural e socialmente sob uma base moral e religiosa de matriz cristã, a concepção de Deus não é pouco relevante, pois representa uma base de fé, de sentido e de esperança. A palavra “mãe”, que também ocupa um lugar de destaque na estrutura simbólica da sociedade brasileira, relaciona-se às ideias de proteção, abnegação e tenacidade. Já “liberdade” remete, necessariamente, à negação do autoritarismo, da tortura e da sujeição ao outro. É um pilar de sustentação de regimes plurais e democráticos.

Jeremias, que em dado momento do romance gritou “vivam, homens!” (Brasil, 2013, p. 77), num claro gesto de solidariedade àqueles que tencionavam se matar, com o decorrer do tempo – não se sabe com exatidão quantos dias ou meses o protagonista do romance foi submetido às constantes violências no cárcere –, vai mudando sua percepção acerca do suicídio, passando a enxergar na sua morte a possibilidade de interrupção daquele sofrimento infindável:

Que mancha daria forma quando chegasse a sua vez? Quando a sua vez fosse a próxima vez, tinha certeza agora, resgaria os pulsos na pedra e continuaria o sacrifício dos companheiros, embora ainda não soubesse, claramente, o que eles faziam: talvez alguma coisa perpétua, um nome ou uma ideia. Conseguira avançar em sua descoberta: um nome ou uma ideia. Talvez mais uma ideia do que um mero sinal concreto que todos podem compreender rapidamente. Os nomes que haviam gritado no pátio: goiva,

grito, um improviso de uma liberdade. Talvez fosse esta a ideia remota e abstrata. O gesto em seu significado ancestral. A liberdade como um gesto individual, um gesto suicida (Brasil, 2013, p. 133).

Após recusar-se a consumir a sopa que continha substâncias que o deixavam num estado de torpor, o personagem principal da obra passa, gradativamente, a recordar detalhes importantes de sua vida pessoal e carreira profissional: “eu sou um professor” (Brasil, 2013, p. 143). A partir desse momento, o leitor passa a conhecer mais sobre aquele homem com quem já havia estabelecido uma relação de empatia desde o início da narrativa:

Hoje é dia de meu aniversário, tenho quarenta e dois anos, me chamo Jeremias, sou professor de literatura, tenho uma mulher e uma filha, minha mãe ainda está viva, a casa em que moramos é alugada, tem um jardim onde cultivo flores, hortênsias, margaridas, tem um quintal cheio de mangueiras, todo dia saio de casa pela manhã e vou para a escola, não tenho cara, pego o ônibus das nove horas – volte cedo hoje, meu filho, é seu aniversário, Tudinha vai fazer um bolo, ela já está uma moça, mas por que agitou os estudantes? Hoje é meu aniversário, tenho quarenta e dois anos, estou ficando velho, faço exercícios pela manhã e à noite, nada de exagero, olha o coração, vou ginásio uma vez por semana, Tudinha gosta de nadar, ela está uma moça, uma bela moça, no fim do ano levo os alunos para o ar livre, Sócrates fazia assim, não queremos saber de seus amigos ou de sua família. Diga de uma vez: agitou ou não os estudantes? (p. 151).

Assim como o personagem principal da obra ficcional mencionada, os professores foram um dos principais alvos da ditadura civil-militar brasileira. Para Pellegrini (2022, p. 19), “a figura do professor é caótica à ditadura, porque o professor é capaz de formar opiniões, e fazer o aluno pensar. O pensamento estudantil prejudica aqueles que querem impor a violência e a autoridade”. O pensamento livre, em geral estimulado por professores das mais diversas áreas das Ciências Humanas no ambiente da sala de aula, é, portanto, um perigo para ditaduras de caráter totalitário.

Em 1975 – ano de publicação da primeira edição do romance *Os que bebem como os cães* –, um caso real, que se assemelha à brutalidade de uma ficção, chocou aqueles que ansiavam pelo restabelecimento da democracia no país. Wladimir Herzog, jornalista, professor universitário e teatrólogo brasileiro nascido em Osijek, atual Croácia – à época parte do Reino da Croácia –, foi injustamente detido, falecendo no cárcere. Segundo a versão oficial divulgada pelos militares, ele teria tirado a própria vida. Não obstante, *Dossiê dos mortos e desaparecidos políticos a partir de 1964*, questiona a tese do suicídio:

Segundo a versão oficial, Herzog teria se enforcado com o cinto do macacão de presidiário que vestia desde sua entrada no DOI/CODI. Porém, de acordo com os testemunhos de Jorge Benigno Jathay Duque Estrada e Leandro Konder, jornalistas presos na mesma época no DOI/CODI, Wladimir foi assassinado sob torturas. Tanto Leandro quanto Duque Estrada foram acareados com Wladimir, permanecendo logo após, próximos à sala onde ele se encontrava para interrogatório, e de onde ouviram com nitidez que Wladimir estava sendo torturado. A morte por suicídio é também desmentida pelas próprias contradições existentes nos depoimentos dos médicos legistas Harry Shibata, Arildo de Toledo Viana e Armando Canger Rodrigues, prestados na ação judicial movida pela família (1995, p. 167).

Na obra de Assis Brasil, os presos políticos não são assassinados, mas resolvem, num ato de profundo desespero, acabar com suas próprias vidas. O professor Jeremias possuía uma rotina normal fora dos limites daquele terrível lugar, amava e era amado, detinha direitos inalienáveis. Contudo, foi injustamente encarcerado e submetido a incessantes sessões de tortura. Após refletir sobre o suicídio, decidiu pôr fim à sua própria existência, seguindo o exemplo de outros prisioneiros que haviam se matado no muro posicionado do outro lado do tanque:

Esfrega com certo fervor os pulsos os pulsos no muro, uma, duas, dez vezes, e vê o sangue saltar para suas mãos e respingar em seu rosto. O sangue generoso como a água do tanque, continua a tingir o muro, mais e mais, o trabalho se realiza, a sua tarefa. Descobre-se de joelhos e suas mãos não mais alcançam a última mancha, mas a sua cor rubra está ali, esmaecida ou por fenece, completa e uniforme – para os que saberão vê-la e senti-la: o esforço dos homens, o seu tributo (Brasil, 2013, p. 159).

Jeremias sucumbiu àquele mal que o aniquilava aos poucos. Seu suicídio, nesse sentido, simboliza a morte da esperança por um futuro melhor, bem como a fuga daquela realidade cruel e brutal. O suplício do protagonista do romance, bem como o dos demais homens encarcerados naquele lugar, refletem bem as terríveis condições oferecidas aos perseguidos por regimes de viés totalitário em prisões que, muitas vezes, assemelham-se a masmorras medievais. Seu trágico final deve servir como um alerta de que tais regimes são verdadeiras máquinas de destruição da vida humana e que, em hipótese alguma, devem ser reverenciados ou elogiados em detrimento de governos democráticos pautados na ética e no respeito aos direitos humanos.

3 REFLEXÕES SOBRE A DESUMANIZAÇÃO DO PRESO POLÍTICO EM REGIMES DITATORIAIS TOTALITÁRIOS

Neste terceiro e último capítulo, refletiremos sobre a forma como os regimes ditatoriais – em especial aqueles que apresentam características totalitárias – atuam como engrenagens de trituração da vida humana, arrancando a subjetividade do indivíduo e reduzindo-o a mero objeto descartável. Defenderemos, ainda, a dignidade humana como direito inalienável e inviolável, e analisaremos o papel da literatura como instrumento de denúncia das opressões e das sistemáticas violações de direitos humanos.

3.1 OS REGIMES DITATORIAIS COMO MÁQUINAS DE ANIQUILAÇÃO DA VIDA HUMANA

Os regimes totalitários, que emergiram no século XX e deixaram marcas nos povos por eles subjugados, construíram, por meio da violência e do terror, uma forte estrutura de repressão contra aqueles considerados seus inimigos. Judeus, ciganos, membros da organização religiosa Testemunhas de Jeová, comunistas e homossexuais foram duramente perseguidos pelos nazistas nas décadas de 1930 e 1940. Na União Soviética, aproximadamente no mesmo período, Josef Stalin efetuou a extermínio de boa parte de seus adversários políticos, além de realizar uma limpeza étnica e racial promovida pelo regime que comandava.

Diante desse cenário histórico de perseguições sistemáticas e eliminação de opositores, a análise de Arendt acerca das repressões de órgãos oficiais do Estado – principalmente os que se constroem segundo valores autoritários, fascistas e avessos à democracia – torna-se relevante. Para a filósofa, tais regimes instrumentalizam a ideologia e o terror com o objetivo de exterminar a individualidade, o pensamento crítico e pluralidade de ideias, eliminando o espaço público de ideias e isolando o indivíduo, que se vê impossibilitado de reagir à opressão por ele sofrida. Segundo a autora:

[...] uma das preocupações fundamentais de todo governo tirânico é provocar esse isolamento. O isolamento pode ser o começo do terror; certamente é o seu solo mais fértil e sempre decorre dele. Esse isolamento é, por assim dizer, pré-totalitário; sua característica é a impotência, na medida em que a força sempre surge quando os homens trabalham em conjunto, “agindo em concerto” (Burke); os homens isolados são impotentes por definição. O isolamento e a impotência, isto é, a incapacidade básica de agir, sempre foram típicos das tiranias. Os contato políticos entre os

homens são cortados no governo tirânico, e as capacidades humanas de ação e poder são frustradas (Arendt, 2013, p. 598–599).

No contexto brasileiro, a sistemática perseguição operada pelo aparato repressor da ditadura civil-militar contra um suposto “inimigo” a ser aniquilado – nesse caso, o comunismo, materializado na figura de pessoas que militavam em partidos de orientação de esquerda – levou milhares de indivíduos à cadeia. As prisões, em sua maioria, aconteciam sem uma causa justificada, sendo intrinsecamente ilegais. Ainda assim, eram vistas pelos defensores do regime como moralmente aceitas, sob a justificativa da garantia da manutenção da “ordem pública”.

Depois de detidos, os perseguidos políticos eram submetidos a desumanas condições no cárcere, sendo frequentemente vítimas de abusos físicos e, por vezes, sexuais, causados por agentes de repressão que, recusando-se a pensar por conta própria, materializavam o conceito de Arendt acerca da banalidade do mal. Convivendo com a solidão e o medo, alimentavam-se de forma precária, não tinham acesso a itens de higiene pessoal e permaneciam afastados de suas famílias e de seus afazeres profissionais. Dessa forma, eram obrigados a suportar um sofrimento terrível, experimentando, progressivamente, o desaparecimento de sua humanidade.

No romance *Os que bebem como os cães*, do escritor piauiense Assis Brasil, Jeremias, personagem principal da obra, é apresentado como um homem sem lembranças, que passa boa parte do tempo com as mãos algemadas nas costas, precisando abaixar-se para ingerir a sopa que é depositada no chão de sua cela escura e suja. A descrição, que causa ojeriza no leitor, evidencia como a desumanização do indivíduo aprisionado é praticada em um contexto de repressão brutal exercida por um regime fascista e de viés totalitário. Jeremias passa por um doloroso processo de zoomorfização, apenas interrompido por sua trágica morte.

Nesse sentido, observa-se que regimes ditatoriais, ao empreenderem um violento processo de perseguição a seus opositores, visam não apenas à manutenção de sua estrutura repressiva, mas também à aniquilação do outro, ao silenciamento de seus corpos, à corrosão de suas personalidades e à eliminação de qualquer possibilidade de resistência organizada. Eles atuam como verdadeiras máquinas de destruição da vida humana, cujas práticas devem ser criticadas à luz dos princípios democráticos e por meio da preservação da memória social coletiva.

3.2 A DIGNIDADE COMO UM DIREITO HUMANO INVOLÁVEL

A dignidade é um princípio inegociável e inviolável, sendo um valor intrínseco à condição humana. Trata-se de um conceito filosófico e jurídico, com impactos relevantes nas dimensões ética, social e institucional. Nesse sentido, o filósofo Immanuel Kant (1964), em *Fundamentação da metafísica dos costumes*, argumenta que o ser humano deve sempre ser encarado como um fim, jamais como um meio para que se atinja algum objetivo, uma vez que carrega uma dignidade imanente que não permite qualquer tipo de instrumentalização. Essa concepção fundamentou as bases teóricas para o reconhecimento da dignidade como princípio norteador para a elaboração de documentos voltados à proteção dos direitos humanos.

Destarte, a dignidade humana configura-se não somente como um conceito moral abstrato, mas também uma exigência normativa que deve orientar tanto as práticas do Estado quanto as relações entre os indivíduos inseridos em uma sociedade. Nessa perspectiva, a Constituição Federal de 1988, em consonância com a Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) – proclamada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 1948, no contexto do pós-Segunda Guerra Mundial –, estabelece, no seu Artigo 5º, inciso III, que “ninguém será submetido a tortura nem a tratamento desumano ou degradante”.

Nessa perspectiva, a filósofa alemã Hannah Arendt (1993, p. 99), em sua obra *Lições sobre a filosofia política de Kant*, ao analisar o imperativo categórico que fundamenta a ética do pensador prussiano, assevera que “a dignidade do homem exige que ele seja visto (cada um de nós, em sua singularidade) em sua particularidade e, como tal, refletindo a humanidade em geral”, não devendo ser visto como um ser atomizado, isolado de seus pares e vulnerável à manipulação de governos antidemocráticos.

Dessa forma, as tentativas de uniformização e desumanização do indivíduo, características marcantes de governos totalitários, representam, além de uma clara ameaça à liberdade individual, uma violação aos princípios fundamentais dos direitos humanos, que devem orientar, de maneira contínua e inegociável, a construção de uma sociedade comprometida com a dignidade da pessoa humana, baseada na justiça, na liberdade e na igualdade de direitos.

3.3 A LITERATURA COMO FERRAMENTA DE DENÚNCIA DAS VIOLAÇÕES DOS DIREITOS HUMANOS

A literatura, enquanto manifestação artística que, ao longo dos séculos, promoveu transformações culturais, sociais e estéticas, desempenha um papel crucial para a formação de leitores críticos, capazes de entrar em contato com diferentes perspectivas acerca dos dramas humanos. Ao denunciar injustiças e discutir valores estabelecidos, muitas vezes de forma arbitrária, sem a devida reflexão por parte da sociedade, as obras literárias contribuem significativamente para a formação da consciência individual e coletiva. Ademais, por meio da linguagem simbólica, a literatura possui o poder de representar as experiências da vida humana – sejam elas simples ou complexas –, estimulando a reflexão do leitor acerca do sofrimento do outro mediante o desenvolvimento da empatia. Nessa perspectiva, o crítico literário Antonio Cândido (2004, p. 175) afirma:

Por isso é que nas nossas sociedades a literatura tem sido um instrumento poderoso de instrução e educação, entrando nos currículos, sendo proposta a cada um como equipamento intelectual e afetivo. Os valores que a sociedade preconiza, ou os que considera prejudiciais, estão presentes nas diversas manifestações da ficção, da poesia e da ação dramática. A literatura confirma e nega, propõe e denuncia, apoia e combate, fornecendo a possibilidade de vivermos dialeticamente os problemas. Por isso é indispensável tanto a literatura sancionada quanto a literatura proscrita; a que os poderes sugerem e a que nasce dos movimentos de negação do estado de coisas predominante.

Diante disso, evidencia-se a importância do estudo dos efeitos nocivos da perseguição promovida pelos regimes totalitários não apenas sob a ótica da História e da Filosofia, mas também a partir da Literatura. A arte exerce uma enorme influência sobre os indivíduos, levando a sociedade a refletir sobre temas importantes para o bem-estar de todos. A tortura praticada por agentes de repressão da ditadura militar brasileira, representada em romances como *Os que bebem como os cães*, deve ser analisada criticamente por seus leitores, não devendo, sob nenhuma circunstância, ser naturalizada ou moralmente justificada.

Dessa forma, obras de autores como Anne Frank e Primo Levi, que relatam as sistemáticas violações de direitos humanos perpetradas em campos de concentração nazistas, bem como romances ficcionais como os de Assis Brasil, configuram-se como importantes ferramentas não apenas de denúncia contra

regimes ditoriais e antidemocráticos, mas também de conservação da memória histórica social. Sobre isso, a filósofa Hannah Arendt (2013, p. 9) afirma:

Já não podemos nos dar ao luxo de extrair aquilo que foi bom no passado e simplesmente chamá-lo de nossa herança, deixar de lado o mau e simplesmente considerá-lo um peso morto, que o tempo, por si mesmo, relegará ao esquecimento.

Diante do exposto, conclui-se que a sociedade contemporânea não pode incorrer no erro de esquecer a barbárie cometida por agentes pertencentes ao aparato repressor de regimes de exceção, os quais se constituíram por meio da censura e da violência. O esquecimento, nesse contexto, contribui decisivamente para a normalização de práticas autoritárias que se chocam com princípios éticos de respeito aos direitos humanos. A literatura, assim, deve ser utilizada como uma aliada na resistência a qualquer forma de opressão, promovendo o reconhecimento da dignidade humana como valor fundamental para a construção de uma sociedade democrática pautada na verdade e na justiça.

CONCLUSÃO

Neste trabalho, buscamos apresentar, de maneira objetiva, os principais conceitos relacionados à crítica da filósofa Hannah Arendt ao totalitarismo, um dos fenômenos mais marcantes do século XX, cujos impactos políticos, econômicos e sociais se fizeram sentir em diferentes partes do mundo, inclusive no Brasil. No contexto nacional, a ditadura civil-militar, de caráter autoritário, fascista e antidemocrático, empregou métodos de perseguição, censura e tortura que guardaram semelhanças com aqueles praticados na Alemanha nazista e na União Soviética dirigida por Stálin.

Ademais, estabelecemos uma ligação entre a tortura sofrida pelo personagem principal da obra *Os que bebem como os cães*, do escritor piauiense Assis Brasil, e as concepções da supramencionada filósofa, notadamente as relacionadas à banalidade do mal, violência estatal, ideologia e terror, indispensáveis para se compreender o totalitarismo e seus desdobramentos. No romance de denúncia social aqui analisado, publicado em 1975, o autor tece uma crítica contundente à tortura contra pessoas encarceradas, em um período em que o referido regime desrespeitava os direitos básicos e universais à liberdade e à dignidade, especialmente daqueles que se opunham de maneira mais direta aos absurdos cometidos pelo governo.

Jeremias, o protagonista da obra, é um professor de meia-idade que exerce seu ofício com dedicação, mas, assim como tantos outros profissionais da educação perseguidos durante o período de exceção que durou de 1964 a 1985, foi preso, seviciado e submetido a práticas que visavam silenciar sua voz e destruir sua subjetividade. A escolha do educador como alvo do aparato repressivo do regime civil-militar brasileiro revela seu receio diante do pensamento crítico, uma vez que a educação, quando voltada à emancipação humana, representa uma enorme ameaça a todo tipo de fascismo e autoritarismo.

Ao longo desta monografia, também refletimos sobre a importância da literatura como ferramenta de resistência simbólica e reflexão crítica, na medida em que é capaz de denunciar opressões e desigualdades. No contexto da ditadura civil-militar brasileira, romances como o de Assis Brasil devem ser lidos com aguçada atenção, para que, mediante a narrativa ficcional, sejam denunciadas as violências cometidas por homens comuns que, influenciados pela instrumentalização da

ideologia e do terror, são transformados em máquinas de aniquilação do outro, praticando um mal irracional e banal.

Concluímos, portanto, que a análise realizada neste trabalho, que utilizou ideias e citações diretas e indiretas de grandes pensadores de diversas áreas das Ciências Humanas, em especial da Filosofia, deve ser considerada relevante, pois uniu saberes distintos, mas igualmente importantes, para a crítica a qualquer tipo de opressão causada pelo Estado aos seus cidadãos. Essa reflexão é necessária para que a consciência histórica seja fortalecida, e para que se reafirme o papel da literatura na transformação de uma sociedade pautada em valores como justiça, liberdade e defesa dos direitos humanos.

REFERÊNCIAS

- ADORNO, Theodor W. *Estudos sobre a personalidade autoritária*. São Paulo: Editora Unesp, 2019.
- ARENDT, Hannah. *A condição humana*. 10. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.
- ARENDT, Hannah. *Eichmann em Jerusalém*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- ARENDT, Hannah. *Lições sobre a filosofia política de Kant*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1993.
- ARENDT, Hannah. *Origens do totalitarismo*. Edição de bolso. São Paulo: Companhia de Bolso, 2013.
- ARENDT, Hannah. *Sobre a violência*. 15. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira: 2022.
- ASSIS Brasil: a máquina de escrever. *Revista Revestrés*, 2022. Disponível em: <https://revistarevestres.com.br/entrevista/assis-brasil-maquina-de-escrever/>. Acesso em: 13 mar. 2025.
- A subida dos nazistas ao poder. *Enciclopédia do Holocausto*, c2025. Disponível em: <https://encyclopedia.ushmm.org/content/pt-br/article/the-nazi-rise-to-power>. Acesso em: 9 mar. 2025.
- ASSIS Brasil. *Portal Entretextos*, 2014. Disponível em: <https://www.portalentretextos.com.br/post/assis-brasil>. Acesso em: 9 mar. 2025.
- BRANCO, Judikael Castelo; ROCHA, Lara França de. Reflexões sobre o conceito de ideologia em Hannah Arendt. Pescadora de Perlas. *Revista de estudos arendtianos*, Córdoba, vol. 1, n. 1, p. 178-204, ago. 2022.
- BRASIL, Assis. *Os que bebem como os cães*. 8. ed. Teresina: Nova Aliança, 2013.
- CAMPOS, Ana Cristina. Ato pede centro de memória em quartel que abrigou DOI-Codi no RJ. *Agência Brasil*, 2025. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2025-01/ato-pede-centro-de-memoria-em-quartel-que-abrigou-doi-codi-no-rj#:~:text=O%20DOI%2DCodi%20funcionou%20entre,da%20Comiss%C3%A3o%20Estadual%20da%20Verdade>. Acesso em: 9 mar. 2025.
- CANDIDO, Antonio. O direito à literatura. In: CANDIDO, Antonio. *Vários escritos*. 4. ed. São Paulo: Duas Cidades, 2004. p. 169-191.
- CAVALCANTI, César. Nessa era de extremos e extremismos, é sempre bom relembrar as análises de Hannah Arendt. *Blog do Flávio Chaves*, 2021. Disponível em: <https://flaviochaves.com.br/2021/11/27/nessa-era-de-trevas-e-extremismos-e-sempre-bom-relembrar-as-analises-de-hannah-arendt/>. Acesso em: 15 set. 2024.

CONCEIÇÃO, Edilene Maria da. Ideologia e terror: a configuração do totalitarismo em Hannah Arendt. *Saberes Interdisciplinares*, São João del Rei, n. 2, p. 183-195, jun.-dez. 2008.

CRUZ, Robson José Valentino. *Hannah Arendt e a questão da ideologia*. Dissertação (Mestrado em Filosofia) – Universidade Estadual de Londrina. Londrina, p. 10-161, 2023.

FAUSTO, Ruy. *O ciclo do totalitarismo*. Perspectiva: São Paulo, 2019.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. 20. ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

FRAZÃO, Dilva. Hannah Arendt. *Ebiografia*, 2022. Disponível em: https://www.ebiografia.com/hannah_arendt/. Acesso em: 15 set. 2024.

GASPARI, Elio. *A ditadura envergonhada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

HOFFMEISTER, Carola. Vida no exílio: Hannah Arendt e a fuga do mal. *Deutschland*, 2024. Disponível em: https://www.deutschland.de/pt_br/topic/vida/hannah-arendt-banalidade-do-mal. Acesso em: 20 out. 2024.

KANT, Immanuel. *Fundamentação da metafísica dos costumes*. Lisboa: Companhia Editorial Nacional, 1964.

KEHL, Maria Rita. Tortura e sintoma social. In: SAFATLE, Vladimir; TELES, Edson (orgs.). *O que resta da ditadura: a exceção brasileira*. São Paulo: Boitempo, 2010. p. 123-132.

LAFER, Celso. Para Hannah, com amor. *Quatro cinco um*, 2021. Disponível em: <https://quatrocincoum.com.br/resenhas/filosofia/para-hannah-com-amor/>. Acesso em: 17 maio 2025.

LEITE, Leonardo Delatorre. Solidão: a atomização do indivíduo num ambiente de instrumentalização. *O Imparcial*, 2022. Disponível em: <https://www.imparcial.com.br/noticias/-solidao-a-atomizacao-do-individuo-num-ambiente-de-instrumentalizacao-53796>. Acesso em: 15 set. 2024.

MOURA, Bruno de Freitas. Ditadura militar ou civil-militar? Saiba o que está por trás dos nomes. *Agência Brasil*, 2024. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2024-03/ditadura-militar-ou-civil-militar-saiba-o-que-esta-por-tras-dos-nomes>. Acesso em: 20 maio 2025.

NOTA de pesar – Assis Brasil. *OABPI*, 2021. Disponível em: <https://www.oabpi.org.br/nota-de-pesar-assis-brasil/>. Acesso em: 17 maio 2025.

OLIVEIRA, Andrey Pereira de. *A razão embotada*. EDUFRN: Natal, 2016.

O CASO Herzog. *Instituto Wladimir Herzog*, c2025. Disponível em: <https://vladimirherzog.org/casoherzog/>. Acesso em: 13 abr. 2025.

PELLEGRINI, Thais Ferreira. *Beber como um cão: Literaturas e violência, política e poder*. 2022. TCC (Graduação) — Curso de Letras, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2022. Disponível em: http://www.unirio.br/escoladeletras/TCC_THAIS_UNIRIO.pdf. Acesso em: 4 abr. 2025.

REIS, Daniel Aarão. *Ditadura militar, esquerdas e sociedade*. 3. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

RIBEIRO, Karla Pinhel. Violência e poder em Hannah Arendt. *Cadernos Arendt*, [s.l.], v. 01, n. 01, p. 1-10, [s.d.].

SALOMÃO, Lucas. Comissão da Verdade responsabiliza 377 por crimes durante a ditadura. *G1*, 2014. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2014/12/comissao-da-verdade-responsabiliza-377-por-crimes-durante-ditadura.html>. Acesso em: 9 mar. 2025.

SANTOS, Cineas. Artigo de Cineas Santos sobre Assis Brasil. *Academia Piauiense de Letras*, 2021. Disponível em: <https://www.academiapiauiensedeletras.org.br/artigo-de-cineas-santos-sobre-assis-brasil/>. Acesso em: 9 mar. 2025.

SOUKI, Nádia. *Hannah Arendt e a banalidade do mal*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998.

WEBER, Max. *Política como vocação e ofício*. Petrópolis: Vozes, 2020.